

MERCOSUL/LI CMC/DI N° 06/17

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PRESIDÊNCIA *PRO TEMPORE* BRASILEIRA 2017**

Brasília, 20 de dezembro de 2017

Sumário

PROGRAMA DE TRABALHO DA PPTB	5
GRUPO MERCADO COMUM (GMC)	5
<i>Negociação do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL</i>	6
<i>Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico</i>	6
<i>Regulamentos Técnicos</i>	7
<i>Setores Excluídos</i>	8
<i>Taxa Consular Uruguaia</i>	8
<i>Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)</i>	8
<i>Grupo de Trabalho para a adesão da Bolívia ao MERCOSUL (GTBOL)</i>	8
ÓRGÃOS DEPENDENTES DO GMC.....	9
<i>Comissão Sociolaboral do MERCOSUL (CSLM)</i>	9
<i>Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL (OMTM)</i>	10
GRUPOS	10
<i>Grupo de Relacionamento Externo (GRELEX)</i>	11
MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA.....	11
MERCOSUL – EFTA	12
MERCOSUL – Canadá	12
MERCOSUL – União Econômica Euroasiática (UEE).....	12
MERCOSUL – Egito.....	12
MERCOSUL – Marrocos	12
MERCOSUL – Tunísia	13
MERCOSUL – Índia	13
MERCOSUL – ASEAN	13
COMISSÃO ADMINISTRADORA DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 36 "MERCOSUL-BOLÍVIA"	13
MERCOSUL-Aliança do Pacífico.....	14
MERCOSUL-Chile (ACE 35).....	15
MERCOSUL-Colômbia (ACE 72).....	15
MERCOSUL-Peru (ACE 58)	15
MERCOSUL-Sistema de Integração Centro-Americano (SICA)	15
<i>Grupo de Análise Institucional do MERCOSUL (GAIM)</i>	15
<i>Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO)</i>	16
<i>Grupo de Cooperação Internacional (GCI)</i>	16
<i>Grupo de Incorporação Normativa do MERCOSUL (GIN)</i>	17
GRUPOS AD HOC (GAH).....	17
<i>Grupo Ad Hoc de Biocombustíveis (GAHB)</i>	17
<i>Grupo Ad Hoc para Elaboração e Implementação da Placa MERCOSUL (GAHPM)</i>	18
<i>Grupo Ad Hoc para os Setores de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações (GAHBK-BIT)</i>	19
SUBGRUPOS DE TRABALHO.....	20
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 1 "Comunicações"</i>	20

<i>Subgrupo de Trabalho Nº 2 "Aspectos Institucionais" (SGT Nº 2)</i>	21
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 3 "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade"</i>	21
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 4 "Assuntos Financeiros"</i>	22
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 5 "Transporte"</i>	22
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 6 "Meio Ambiente"</i>	23
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 7 "Indústria"</i>	23
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 8 "Agricultura"</i>	24
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 10 "Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social"</i>	24
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 11 "Saúde"</i>	25
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 12 "Investimentos"</i>	26
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 13 "Comércio Eletrônico"</i>	27
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 14 "Integração Produtiva"</i>	27
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 15 "Mineração e Geologia"</i>	28
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 16 "Contratações Públicas"</i>	29
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 17 "Serviços"</i>	29
<i>Subgrupo de Trabalho Nº 18 "Integração Fronteiriça"</i>	30
COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL - CCM	30
<i>Comitês Técnicos (CTs)</i>	32
<i>CT Nº 1 "Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias"</i>	32
<i>CT Nº 2 "Assuntos Aduaneiros"</i>	32
<i>CT Nº 3 "Normas e Disciplinas Comerciais"</i>	32
<i>CT Nº 5 "Defesa do Consumidor"</i>	33
<i>CT Nº 6 "Estatísticas de Comércio Exterior"</i>	33
<i>CT Nº 7 "Defesa do Consumidor"</i>	34
ÓRGÃOS DEPENDENTES DO CMC	34
<i>Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM)</i>	34
<i>Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMASM)</i>	35
<i>Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP)</i>	36
<i>Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições (GTAFM)</i>	36
<i>Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos e Consulares (GTAJC)</i>	37
<i>Grupo de Alto Nível para a Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego (GANEMPLE)</i>	38
<i>Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR)</i>	38
REUNIÕES DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES	39
<i>Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL (RME)</i>	39
<i>Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais (RMEPBC)</i>	39
<i>Reunião de Ministros da Justiça MERCOSUL (RMJ)</i>	40
<i>Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL (RMC)</i>	40
<i>Reunião de Ministros da Saúde (RMS)</i>	41
<i>Reunião de Ministros de Interior do MERCOSUL (RMI)</i>	42
<i>Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS)</i>	43
<i>Reunião de Ministros do Turismo do MERCOSUL (RMTur)</i>	43
<i>Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH)</i>	43

<i>Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM)</i>	44
<i>Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM)</i>	44
<i>Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos de Pessoas Afrodescendentes do MERCOSUL (RAFRO)</i>	45
<i>Reunião de Ministros e Altas Autoridades em Gestão Integral de Riscos de Desastres do MERCOSUL (RMAGIR)</i>	45
REUNIÕES ESPECIALIZADAS	46
<i>Reunião Especializada de Turismo do MERCOSUL (RET)</i>	46
<i>Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia (RECyT)</i>	46
<i>Reunião Especializada de Comunicação Social (RECS)</i>	47
<i>Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL (RECM)</i>	47
<i>Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM)</i> .	47
<i>Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF)</i>	48
<i>Reunião Especializada de Defensores Públicos do MERCOSUL (REDPO)</i>	49
<i>Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do MERCOSUL (REOGCI)</i>	49
<i>Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL (REMPM)</i>	49
<i>Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL (REES)</i>	50
PARLAMENTO DO MERCOSUL (PARLASUL)	51
FORO CONSULTIVO ECONÔMICO-SOCIAL (FCES)	51

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PRESIDÊNCIA *PRO TEMPORE* BRASILEIRA 2017**

PROGRAMA DE TRABALHO DA PPTB

Ao longo do segundo semestre de 2017, a Presidência Pro Tempore brasileira do MERCOSUL (PPTB) estabeleceu como meta concluir ou dar seguimento a iniciativas que já se encontravam em curso. Essa diretriz, anunciada no início da PPTB, fundamentou-se no entendimento de que o MERCOSUL deveria orientar-se por seus pilares fundacionais e perseguir resultados que gerassem benefícios concretos para suas sociedades.

Nesse sentido, a PPTB impulsionou um conjunto de processos negociadores para o fortalecimento da vertente comercial e econômica do MERCOSUL, em consonância com os princípios estabelecidos pelo Tratado de Assunção. As principais vertentes foram a negociação do acordo de compras governamentais, o encaminhamento de soluções para entraves comerciais intrabloco e a discussão de um conjunto de novas abordagens para conferir mais dinamismo ao tratamento das questões regulatórias no MERCOSUL.

A PPTB propôs ademais a retomada de processos negociadores há muito inativos, bem como a discussão de alguns novos temas com potencial para gerar resultados positivos de curto ou médio prazo para cidadãos e operadores econômicos. Os assuntos retomados foram: adequação do açúcar no regime de livre comércio; serviços; comércio eletrônico; e pequenas e médias empresas. Novos temas introduzidos foram: agenda digital; ampliação da agenda de facilitação de comércio; proteção mútua de indicações geográficas; e o interesse do consumidor na equação do comércio exterior.

Em paralelo, a PPTB buscou preservar e aprimorar as instâncias de consulta, cooperação e coordenação que abrangem um extenso espectro de políticas governamentais nas áreas política, social, de justiça, cidadania, direitos humanos, saúde e educação. Essas iniciativas constituem um patrimônio da integração regional e adquiriram dinâmica própria no âmbito dos órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL, das reuniões de ministros e altas autoridades, reuniões especializadas, foros e grupos de trabalho.

GRUPO MERCADO COMUM (GMC)

Foram realizadas a CV e a CVI Reuniões Ordinárias do Grupo Mercado Comum (GMC), em Brasília, nos dias 12 e 13 de setembro e 22 e 23 de novembro, respectivamente. Ademais, realizou-se em 19 de dezembro, em Brasília, no marco da Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, a XLIX Reunião Extraordinária do GMC.

Constaram das agendas de trabalho das referidas reuniões os seguintes temas: Contratações Públicas; Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico; Regulamentos Técnicos; Indicações Geográficas; Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços, Comércio Eletrônico e Agenda Digital; Facilitação de Comércio; Pequenas e Médias Empresas; Interesse do Consumidor; Setores Excluídos do Livre Comércio Intrabloco; Placa MERCOSUL; Taxa Consular do Uruguai; Regime de Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) Não Produzidos no MERCOSUL; Regime de Origem; FOCEM; Grupo de Trabalho para a Adesão da Bolívia; orçamento do ARGM/UPS; vínculo institucional da UPS; auditorias do ISM (2012 a 2015); Designação de Coordenador Executivo da Unidade de Comunicação e Informação do MERCOSUL (UCIM); assinatura eletrônica de documentos e sistema integrado de comunicações; Cúpula Social do MERCOSUL; solicitação de missão de observação das eleições de Altas Autoridades do Órgão Judicial e do Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia (3/12/2017); extensão da execução dos recursos remanescentes do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF); Iniciativa para os “Jovens do MERCOSUL”; e solicitação de criação de Secretaria Permanente do Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) no âmbito da Secretaria do MERCOSUL. Foram também tratados temas relacionados às seguintes negociações extrarregionais do MERCOSUL: ACE 36 MERCOSUL-Bolívia; ACE 72 MERCOSUL-Colômbia; ACE 35 MERCOSUL-Chile; ACE 58 MERCOSUL – Peru; MERCOSUL-Aliança do Pacífico; MERCOSUL-SICA; MERCOSUL-União Europeia; MERCOSUL-EFTA; MERCOSUL-República da Coreia; MERCOSUL-CER; MERCOSUL-Tunísia; MERCOSUL-Marrocos; MERCOSUL-Canadá; MERCOSUL – Índia; e MERCOSUL – ASEAN.

Negociação do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL

A matéria é da competência do Subgrupo de Trabalho Nº 16 "Contratações Públicas". Durante a PPTB, foram celebradas, em Brasília, cinco reuniões ordinárias do SGT Nº 16, respectivamente em 22 e 23 de agosto (VI), 21 e 22 de setembro (VII), 26 e 27 de outubro (VIII), 21 a 23 de novembro (IX) e 18 e 19 de dezembro de 2017 (X). Também foram realizadas reuniões por meio de videoconferência.

Foram realizadas duas trocas de ofertas entre os Estados Partes, por meio de suas Representações Permanentes junto à ALADI e o MERCOSUL, em Montevideu, em 20 de setembro e em 6 de dezembro.

O SGT Nº 16 deu seguimento às negociações do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, com base no mandato atribuído durante a CIII Reunião Ordinária do GMC. Nesse sentido, as atividades do Subgrupo Nº 16 compreenderam a revisão e atualização do texto do Protocolo, de maneira a eliminar as pendências quanto à redação do documento, e o intercâmbio de perguntas e respostas com relação às ofertas apresentadas por cada Estado Parte. Durante a LI Cúpula do MERCOSUL e Estados Associados, trabalhou-se na conclusão do texto do Protocolo de Contratações Públicas com vistas à sua assinatura.

Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico

Em sua L Reunião Ordinária, em 20 de julho de 2017, o Conselho do Mercado Comum (CMC) recebeu o relatório do Grupo Mercado Comum (GMC) sobre o Plano de Ação para Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico (Decisão CMC nº 56/15).

O relatório de julho informou que, do total de 78 medidas apresentadas pelos Estados, foi definido tratamento satisfatório para 57 delas (73%). Entre essas 57 medidas, inclui-se um grupo de 33 que foram derogadas (5), cuja prática foi eliminada (1) ou adaptada (1), em que houve abertura do mercado (3) e para as quais a explicação fornecida pelo Estado foi considerada satisfatória (23). Há outro grupo de 24 medidas, que foram encaminhadas para tratamento bilateral (17), misto (2) ou MERCOSUL (5), perfazendo o total de 57 medidas satisfatoriamente tratadas.

Apesar do intercâmbio de informações e das análises conjuntas, seguiram pendentes de tratamento um total de 17 medidas. Além disso, os Estados Partes acordaram que 4 medidas referentes a licenças de importação teriam seguimento no nível bilateral.

Durante a PPTB, em cumprimento ao mandato conferido pelo Conselho do Mercado Comum em sua L Reunião Ordinária, o GMC monitorou as medidas para as quais havia sido definido tratamento bilateral ou no âmbito do MERCOSUL, bem como deu continuidade ao tratamento daquelas que seguiam pendentes de encaminhamento pelos Estados Partes. Foram realizadas três reuniões presenciais às margens das reuniões ordinárias e extraordinária do GMC (13/09, 21/11 e 18/12) e uma videoconferência (19/10).

Entre as 17 medidas que seguiam pendentes, 6 foram encaminhadas satisfatoriamente. A análise das 11 medidas restantes foi concluída sem um tratamento satisfatório no âmbito do exercício.

Assim, o exercício encerra-se com definição de tratamento satisfatório para 67 medidas (86%).

Os entraves comerciais continuarão a ser monitorados e tratados pelas instâncias competentes do MERCOSUL e pelos canais diplomáticos bilaterais.

Regulamentos Técnicos

O aperfeiçoamento do processo de elaboração e revisão dos regulamentos técnicos do MERCOSUL esteve entre as prioridades da PPTB, em linha com Documento de Trabalho apresentado pelo Brasil durante a reunião do Grupo Mercado Comum de abril de 2017, ainda durante a PPTA. Nesse sentido, a PPTB concluiu o processo de revisão da Resolução GMC Nº 56/02, que estabelece diretrizes para a elaboração e a revisão desses regulamentos. Dedicou especial atenção a alguns regulamentos, cujo conteúdo está defasado e cujos processos de revisão ainda estão pendentes de conclusão ou de início e que impactam diretamente consumidores e produtos em toda região. Nesse sentido, a PPTB aprovou proposta de supressão dos termos "cachaça" e "caninha" do anexo da Resolução GMC Nº 77/94, que traz definições de bebidas alcoólicas, e deu renovado impulso à solicitação de revisão da

Resolução GMC Nº 12/11, a respeito dos limites máximos de contaminantes inorgânicos em alimentos.

Em paralelo à revisão da Resolução GMC Nº 56/02, a PPTB apresentou propostas de adoção de Iniciativas Facilitadoras de Comércio (IFCs) e de um Protocolo de Coerência Regulatória. As IFCs são medidas de cunho voluntário e flexível para a aproximação de conteúdos regulatórios entre os Estados Partes interessados em caso de falta de consenso intrabloco para a harmonização. O Protocolo de Coerência Regulatória visa à promoção de boas práticas regulatórias internacionais na elaboração e na revisão de regulamentos domésticos.

Setores Excluídos

Respalhada pelo Tratado de Assunção e pelo Protocolo de Ouro Preto, a PPTB reinsereu o tratamento de setores excluídos do livre comércio intrabloco na agenda do MERCOSUL, com ênfase no compromisso histórico intrabloco de incluir os setores automotivo e açucareiro na união aduaneira. A respeito do setor automotivo, a PPTB reiterou a necessidade de consolidação de avançar rumo ao livre-comércio automotivo no MERCOSUL com base nos acordos bilaterais existentes no âmbito da ALADI. No caso específico do açúcar, apresentou proposta para a adequação do setor açucareiro à união aduaneira em bases graduais e flexíveis.

Taxa Consular Uruguaia

A PPTB igualmente impulsionou discussões sobre a necessária eliminação da taxa consular uruguaia, a qual é incompatível com o Tratado de Assunção e com o GATT, além de estabelecer tratamento menos favorável ao MERCOSUL em favor do México.

Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

Dando cumprimento ao estabelecido pela Decisão CMC Nº 22/15, a PPTB realizou três reuniões do Grupo *Ad Hoc* sobre o Fortalecimento Institucional do FOCEM: em 12 de setembro, em 19 de outubro e em 21 de novembro. Na reunião de outubro, o FONPLATA foi convidado a participar para explorar possibilidades de convênio e cooperação com o MERCOSUL. Em sua reunião de novembro, o Grupo *Ad Hoc* submeteu relatório ao GMC, que o adotou em sua reunião extraordinária de dezembro. O Grupo *Ad Hoc* seguirá seus trabalhos durante a PPTP, em conformidade com a renovação de seu mandato aprovada pelo CMC.

Grupo de Trabalho para a adesão da Bolívia ao MERCOSUL (GTBOL)

A IV Reunião do Grupo de Trabalho para a adesão da Bolívia ao MERCOSUL (GTBOL) foi realizada em Brasília, em 21 de novembro de 2017, com a presença das Delegações da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

A PPTB informou sobre a situação dos trabalhos desenvolvidos conjuntamente pela Bolívia e os Estados Partes do MERCOSUL no âmbito do CT Nº 1 relativos à correlação entre a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e a Tarifa Nacional de Bolívia, com vistas à adoção da NCM. Ademais, solicitou que a Bolívia apresente,

com a possível brevidade, seus cronogramas de adoção da NCM e convergência à TEC. Nesse sentido, a delegação da Bolívia solicitou manter os trabalhos técnicos desenvolvidos entre os Estados Partes do MERCOSUL e a Bolívia no âmbito do CT N° 1.

A Delegação da Bolívia informou sobre a situação dos trabalhos realizados para a incorporação do acervo normativo do MERCOSUL a seu ordenamento jurídico interno. O MERCOSUL salientou a importância de que a Bolívia apresente, com a possível brevidade, seus cronogramas de adoção normativa do MERCOSUL. A delegação da Bolívia reiterou sua consulta sobre as normas do MERCOSUL que incluem uma cláusula de adesão “ipso iure” ao Tratado de Assunção e se comprometeu a enviar a lista dessas normas.

As delegações intercambiaram informações sobre o estado de incorporação e ratificação do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL.

A delegação da Bolívia reiterou seu interesse na preservação dos benefícios adquiridos no marco do ACE-36 quando passar a integrar o MERCOSUL como Estado Parte. Consultou, ademais, de que forma participaria dos regimes especiais do bloco. O MERCOSUL indicou que a situação relativa aos setores ainda excluídos do livre comércio intrabloco depende de negociações em curso. Com relação à participação da Bolívia nos regimes especiais, o MERCOSUL ponderou que a questão dependeria de normas do MERCOSUL a serem oportunamente negociadas e adotadas.

A delegação da Bolívia reiterou seu interesse em que se analisem as propostas relativas à adoção, no âmbito do ACE-36, dos requisitos específicos de origem do ACE-18, bem como a concessão de tratamento diferenciado em relação ao percentual de conteúdo regional exigível no ACE-36, similar ao que atualmente goza o Paraguai no comércio intra-MERCOSUL. Indicou, ademais, seu interesse de que esses temas se resolvam de modo a que as soluções encontradas possam ser aplicadas antes da entrada em vigor do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL.

O MERCOSUL reiterou o manifestado na III Reunião no sentido de que a adesão da Bolívia aos acordos que o MERCOSUL tenha subscrito com terceiros países ou grupo de países deverá ser objeto de revisão caso a caso. Por sua parte, a Bolívia reiterou seu interesse em preservar os acordos comerciais subscritos no marco da ALADI. O MERCOSUL assinalou que este patrimônio histórico será um elemento a ser considerado no marco das negociações para a adesão da Bolívia.

ÓRGÃOS DEPENDENTES DO GMC

Comissão Sociolaboral do MERCOSUL (CSLM)

Realizou-se, na cidade de Brasília, no dia 30 de novembro de 2017, a XL Reunião da Comissão Sociolaboral do Mercosul, com a participação das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Reunião contou com quórum de empregadores, trabalhadores e governos exigido pelo Regulamento Interno da Comissão Sociolaboral.

As delegações analisaram a reforma do Regulamento Interno das Seções Nacionais da CSLM. A Comissão aprovou e elevou à consideração do Grupo Mercado Comum (GMC) o Projeto de Resolução N° 02/17 “Regulamento Interno da Comissão Sociolaboral do MERCOSUL (Comissões Nacionais)”.

A Comissão solicitou à Secretaria do MERCOSUL (SM) encaminhar aos Coordenadores Nacionais da CSLM as chaves necessárias para acessar o sítio eletrônico da Comissão para o registro de memória e outros instrumentos normativos. As delegações comprometeram-se a acessar o sítio eletrônico para analisar suas funcionalidades. Nesse contexto, realizaram um convite aos funcionários responsáveis da SM, para que façam uma apresentação sobre a plataforma na próxima PPT.

A delegação brasileira fez relato sobre a reforma laboral no Brasil no que diz respeito aos artigos 11 a 15 da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL (DSL), ao qual se seguiu debate entre as demais delegações, que se comprometeram a apresentar memórias sobre os artigos 11 a 15 da referida Declaração e circulá-las para comentários.

A bancada sindical, com base no disposto no artigo 28, item 3, letra f, da DSL, apresentou observações relativas à reforma trabalhista brasileira e suas consequências para o processo de integração, as quais foram remetidas para análise da Seção Nacional do Brasil, conforme disposto no artigo 28, item 5, da DSL.

Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL (OMTM)

Realizou-se, em Brasília, no dia 28 de novembro de 2017, a XV Reunião do Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul (OMTM), por videoconferências, com a participação das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Participaram também representantes de trabalhadores do Brasil.

Foi apresentado o Relatório de Conjuntura N° 7, que destaca os principais indicadores laborais nos países do bloco. Houve discussão preliminar sobre os indicadores de saúde e segurança no trabalho. Com o intuito de dar seguimento a esse tema, ficou acordado que os países enviarão ao Brasil informações sobre os conceitos e critérios nacionais sobre o tema saúde e segurança no trabalho, bem como os indicadores disponíveis. Ficou a cargo da delegação brasileira consolidar as informações.

Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) realizou apresentação sobre os indicadores de mercado de trabalho no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 8 (ODS8).

As delegações reiteraram a necessidade de que o OMTM conte com uma estrutura própria dentro de cada Ministério dos Estados Partes, em face da possibilidade de assinatura de acordo comercial MERCOSUL-UE, razão pela qual se solicitou que a próxima presidência "pro tempore" do bloco convide os Coordenadores Nacionais do GAIM para participar da próxima reunião do SGT N° 10, nos termos da Dec. CMC N° 24/14.

GRUPOS

Grupo de Relacionamento Externo (GRELEX)

A Presidência *Pro Tempore* brasileira (PPTB), ao longo do segundo semestre de 2017, buscou atender os crescentes compromissos da agenda externa para a reinserção do MERCOSUL nos grandes fluxos comerciais.

Dado os desafios logísticos, a PPTB elencou como prioridade a conclusão das negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia e contou com o apoio da Argentina para a coordenação das negociações com a EFTA. A PPTB também promoveu a retomada do diálogo comercial com as nações do Sudeste Asiático.

Destacam-se os seguintes temas da agenda extrarregional:

MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA

As negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE foram plenamente retomadas em maio de 2016, quando foram intercambiadas as ofertas iniciais de acesso a mercados em bens, serviços, investimentos e compras governamentais. Pelo volume de comércio, abrangência de temas e potenciais ganhos de acesso a mercados, serviços e investimentos, as negociações com a UE alcançaram prioridade na agenda externa do MERCOSUL.

Durante a PPTB, as negociações para a conclusão do Acordo de Associação com a UE intensificaram-se. No XXX CNB (Brasília, 6-10/11/17), o MERCOSUL apresentou à UE um pacote para a conclusão das negociações, que envolve equilíbrio de movimentos recíprocos em acesso a mercados e textos normativos. Os europeus não responderam ao pacote proposto pelo MERCOSUL. Por ocasião do XXXI CNB (Bruxelas, de 27/11 a 8/12), houve nova troca de ofertas melhoradas entre as Partes. A oferta europeia passou de 89% a 92% de cobertura de valor de comércio, enquanto a do MERCOSUL foi de 87% a 89%, com concentração de produtos em cestas de 10 anos passando de cerca de 17% a 53%. Pontos importantes da parte normativa, contudo, permaneceram em aberto.

Nos encontros em nível ministerial mantidos entre 10 e 13/12/17 em Buenos Aires, o lado europeu manifestou dificuldades em relação ao anúncio político do acordo birregional naquele momento, em função (i) da impossibilidade de apresentação pela UE de ofertas melhoradas em produtos agrícolas altamente sensíveis – como carnes, açúcar e etanol; e (ii) do fato de a oferta do MERCOSUL estar abaixo dos 90% de cobertura de comércio e não incluir produtos agrícolas processados de alto interesse exportador europeu. Os Ministros do MERCOSUL, por sua vez, instruíram seus chefes negociadores a apresentarem indicações de possíveis melhoras em termos de ofertas de acesso a mercados e a revisarem as principais dificuldades dos textos negociadores. No caso de acesso a mercados, o MERCOSUL logrou apresentar essas indicações que atingiriam os 90% de cobertura, tendo incluído produtos solicitados pelo lado europeu. O MERCOSUL também acenou com a possibilidade de inclusão de obras públicas na oferta de compras governamentais. A oferta melhorada do MERCOSUL foi condicionada ao atendimento das próprias demandas do bloco, como a de melhora nas condições das quotas tarifárias. Na parte normativa, pouco avanço pôde ser feito em Buenos Aires.

MERCOSUL – EFTA

Encontro intersessional MERCOSUL-EFTA foi realizado em Buenos Aires, sob coordenação da Argentina, nos dias 17 e 18/10/2017, para discutir, exclusivamente, acesso a mercado em bens. Os lados acordaram intercambiar listas de pedidos. Acordou-se igualmente que, em 2018, trinta dias antes da III Rodada Mercosul-EFTA – a realizar-se no Paraguai, em abril de 2018, em data a ser confirmada, haverá troca de ofertas inicial.

MERCOSUL – Canadá

Em reunião preparatória ao lançamento das negociações, realizada em Brasília nos dias 7 e 08/11/2017, MERCOSUL e o Canadá concluíram a atualização do "Overview of the Mercosur-Canada Exploratory Process. Também foi acordado, na oportunidade, o documento "Framework for Negotiations Between Mercosur Member States and Canada", que estabeleceu grupos negociadores temáticos, frequência das rodadas, pontos de contato. MERCOSUL e Canadá comprometeram-se a intercambiar estatísticas e dados de comércio de bens e compras governamentais de seis a oito semanas antes da I Rodada, que, tentativamente, terá lugar em Ottawa, na semana de 19 de março de 2018.

O Canadá sinalizou interesse de anunciar o lançamento das negociações durante a Cúpula do MERCOSUL, que terá lugar em Brasília, em 21/12/2017.

MERCOSUL – União Econômica Euroasiática (UEE)

A PPTB deu seguimento aos contatos com a União Econômica Euroasiática (UEE), enviando contraproposta, com vistas a incluir no Memorando de Cooperação bilateral menção à possibilidade de negociação de um tratado de livre comércio. A UEE indicou disponibilidade de realizar videoconferência com o MERCOSUL para tratar da questão.

MERCOSUL – Egito

O Acordo de Livre Comércio (ALC) MERCOSUL-Egito entrou em vigor em 1º de setembro de 2017. A I Reunião do Comitê Conjunto do ALC foi realizada em 12/12/2017, em Buenos Aires. Na ocasião, foram discutidos aspectos relacionados à implementação do Acordo e formas de expansão e aprofundamento do ALC.

MERCOSUL – Marrocos

Durante a PPTB foram retomados os contatos com vistas a um acordo comercial entre o MERCOSUL e Marrocos. Em 09/10/2017, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil entregou ao Ministro de Indústria, Comércio, Investimentos e Economia Digital do Marrocos proposta de texto-base para as negociações de um acordo de livre

comércio. Em 13/11/2017, realizou-se, em Brasília, a II Reunião de Seguimento do Acordo Quadro MERCOSUL-Marrocos, ocasião em que as partes apresentassem suas expectativas e preocupações em relação a um futuro acordo comercial. Acordou-se o intercâmbio de estatísticas e regulamentos comerciais e a realização de uma próxima reunião no primeiro semestre de 2018, em Rabat, em data a definir.

MERCOSUL – Tunísia

Durante a PPTB, as negociações entre o MERCOSUL e a Tunísia se intensificaram. Foi realizada, em 14/11/2017, em Brasília, a I Rodada de Negociações MERCOSUL-Tunísia, com vistas ao estabelecimento de uma área de livre comércio. Os dois lados acordaram intercambiar estatísticas comerciais antes da segunda rodada de negociações, a qual deverá ocorrer, em Túnis, no primeiro semestre de 2018.

MERCOSUL – Índia

Foi realizada videoconferência Mercosul-Índia, em 3/10/2017, oportunidade para discutir as respectivas reações após o intercâmbio de listas de ofertas, no contexto do exercício de expansão do ACP. Embora tenham sido constatadas assimetrias no intercâmbio das listas de ofertas, Mercosul e Índia decidiram dar prosseguimento à ampliação do acordo. Optou-se pelo intercâmbio, em movimento único, de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado, a serem somadas às 484 linhas previamente intercambiadas.

MERCOSUL – ASEAN

A PPTB promoveu a II reunião de Chanceleres MERCOSUL-ASEAN, realizada em Nova York, em 22/9/2017, às margens da 72ª AGNU. O encontro de Nova York deu origem a "press statement" que abre canal de diálogo mais fluído entre as duas regiões, em sua vertente econômico-comercial e em outros vetores de cooperação política e social. Em seguimento ao encontro, o Brasil encaminhou aos países do Sudeste Asiático modelo de "scoping paper" MERCOSUL – EFTA, que apresenta o nível de ambição do bloco sul-americano em suas negociações comerciais extrarregionais.

Na agenda intrarregional, destacam-se os seguintes temas:

COMISSÃO ADMINISTRADORA DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 36 "MERCOSUL-BOLÍVIA"

A XII Reunião Ordinária da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica Nº 36 "MERCOSUL – BOLÍVIA" foi realizada em Brasília, em 21 de novembro de 2017, com a participação de delegações de Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

As delegações dos Estados Partes do MERCOSUL e da Bolívia realizaram um intercâmbio sobre os últimos indicadores comerciais entre a Bolívia e o MERCOSUL, bem como uma avaliação geral do funcionamento do ACE Nº 36.

Com relação ao regime de origem do Acordo, aprovaram projeto de Resolução sobre Formulário de Certificado de Origem com a modificação ou alteração do nome da Bolívia pelo nome atual. A delegação da Bolívia reiterou seu interesse em que se analisem as propostas relativas à adoção, no âmbito do ACE-36, dos requisitos específicos de origem do ACE-18, bem como a concessão de tratamento diferenciado em relação ao percentual de conteúdo regional exigível no ACE-36, similar ao que atualmente goza o Paraguai no comércio intra-MERCOSUL. Indicou, ademais, seu interesse de que esses temas se resolvam de modo a que as soluções encontradas possam ser aplicadas antes da entrada em vigor do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL.

No que diz respeito a certificado de origem digital, a PPTB informou os avanços em relação ao tema e recordou o projeto de Resolução sobre Certificação de Origem Digital já apresentado. A Delegação da Bolívia reiterou a posição apresentada na XI Reunião do ACE N° 36, no sentido de não ter objeções ao texto do instrumento. Sem embargo, assinalou que deverá, prévio a sua subscrição, completar os trabalhos técnicos e legais necessários para sua implementação.

As delegações concordaram em intercambiar informações a respeito de suas normas sobre zonas francas.

Em relação a medidas que representam potenciais restrições de acesso de produtos ao mercado boliviano, o MERCOSUL reiterou à Delegação da Bolívia preocupação com normas aprovadas pelo governo boliviano em 2016 que vêm sendo objeto de reclamação por parte de exportadores do bloco.

MERCOSUL-Aliança do Pacífico

A presidência "pro tempore" brasileira do MERCOSUL empenhou-se em implementar o Roteiro de Atividades ("Hoja de Ruta") definido entre os dois agrupamentos na Reunião Ministerial de Buenos Aires, de 7/4/2017. Em 4/8/2017, realizou-se a Primeira Reunião de Coordenadores do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL (GMC) e do Grupo de Alto Nível da Aliança do Pacífico (GAN), na qual foram fixadas dez ações para dar cumprimento ao Roteiro de Atividades. Ao longo deste semestre, foram levadas adiante seis dessas ações: I Reunião de Especialistas em Certificação de Origem Digital (Montevideu, 23/8/2017); I Reunião de Especialistas em Portais Únicos de Comércio Exterior (Montevideu, 8/9/2017); encaminhamento pelo MERCOSUL à Aliança do Pacífico (AP) de proposta de elementos para um acordo de facilitação do comércio (1/9/2017); II Reunião de Especialistas em Temas Aduaneiros (Santiago, 5/10/2017); Seminário MERCOSUL-Aliança do Pacífico sobre Cadeias Regionais de Valor e Acumulação de Origem (Bogotá, 24/11/2017); encaminhamento pelo MERCOSUL à Aliança do Pacífico de proposta de intercâmbio de informações sobre pequenas e médias empresas, para que os blocos identifiquem formas de cooperar sobre esse tema (1/11/2017). O MERCOSUL também apresentou à Aliança do Pacífico de proposta do MERCOSUL de Marco Jurídico sobre Facilitação do Comércio (15/12/2017) e manifestou à AP a intenção de debatê-la no próximo semestre.

MERCOSUL-Chile (ACE 35)

Foi realizada em Brasília, em 11/10/2017, a XXVI Reunião Extraordinária do Acordo de Complementação Econômica Nº 35. Na oportunidade, aprovou-se a Resolução Nº 1/2017, que modifica a cláusula de vigência do Convênio de Cooperação Aduaneira MERCOSUL-Chile, permitindo sua protocolização e entrada em vigor. Na reunião também se debateu a atualização do regime de origem do acordo e houve intercâmbio de informações sobre negociações com terceiros países e negociações e acordos bilaterais dos Estados Partes do MERCOSUL com o Chile.

MERCOSUL-Colômbia (ACE 72)

Assinado durante a Cúpula de Mendoza, o Acordo de Complementação Econômica Nº 72 teve sua Ata de depósito assinada junto à ALADI em 4/10/2017. O Acordo foi internalizado no Brasil por Decreto Executivo publicado no DOU em 7/12/2017.

MERCOSUL-Peru (ACE 58)

A PPTB encaminhou ao Peru proposta formal de data e de agenda para a realização, em Brasília, de uma reunião da Comissão Administradora do ACE 58. Em 28/9/2017, o Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru (MINCETUR) encaminhou carta à Chancelaria brasileira, indicando que, devido a compromissos pré-agendados, não poderia participar de reunião da Comissão Administradora do ACE 58 durante este semestre. A PPTB reiterou ao lado peruano o interesse do MERCOSUL na retomada dos trabalhos da Comissão Administradora, paralisados desde 2010.

MERCOSUL-Sistema de Integração Centro-Americano (SICA)

A PPTB deu continuidade aos contatos com o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), com vistas a retomar o diálogo sobre um possível acordo comercial entre os dois blocos. A Presidência "Pro Tempore" de Panamá do SICA manifestou disposição de reunir-se com o MERCOSUL para avaliar aproximação econômico-comercial entre os dois agrupamentos. Acordou-se trabalhar em coordenação com a futura PPT do Paraguai do MERCOSUL para buscar organizar a reunião com o SICA no primeiro semestre de 2018.

Grupo de Análise Institucional do MERCOSUL (GAIM)

O GAIM reuniu-se, em Brasília, entre os dias 19 e 20 de setembro e entre os dias 27 e 28 de novembro.

Em suas reuniões, o Grupo avançou em discussões sobre o fortalecimento da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) e a regulamentação do financiamento de cursos de capacitação de funcionários MERCOSUL.

Foram elevados, ademais, propostas de atualização da Decisão CMC N°64/10 "Estatuto da Cidadania do MERCOSUL - Plano de Ação" e da Decisão CMC N° 52/15 "Atuação do MERCOSUL em controvérsias derivadas de acordos comerciais com terceiros países ou grupos de países"; relatório sobre a vinculação institucional do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL (OMTM); e projeto de Decisão para a aprovação da extensão da execução pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) dos recursos remanescentes do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF MERCOSUL).

Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO)

O GAO realizou duas reuniões ordinárias: em 17 e 18 de outubro e em 7 e 8 de dezembro de 2017, em Brasília.

As XLVI e XLVII reuniões ordinárias procederam à análise de praxe da execução orçamentária dos órgãos do MERCOSUL que dispõem de orçamento próprio: Secretaria do MERCOSUL; Alto Representante-Geral do MERCOSUL e Unidade de Apoio à Participação Social; Instituto Social do MERCOSUL; Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos; e Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão. Analisaram-se, também, a situação das contribuições dos Estados Partes, a disponibilidade de excedentes financeiros e os projetos de orçamento para o exercício de 2018, que foram elevados à consideração das instâncias superiores.

Os encontros deram continuidade às discussões sobre o futuro orçamento único do MERCOSUL, em cumprimento a mandato estabelecido na Resolução GMC N° 37/11. A PPTB circulou documento ilustrativo de sua proposta com informações acerca das atribuições de uma possível Unidade Técnica Orçamentária. Quando aprovado, o orçamento MERCOSUL unificará, em uma base normativa, as contribuições dos Estados Partes ao MERCOSUL e centralizará e aperfeiçoará a gestão orçamentária.

O GAO deu continuidade, ainda, à elaboração de proposta de modificação da Resolução GMC N° 50/03 – norma que estabelece os padrões de gestão orçamentária aos órgãos do MERCOSUL – e instruiu a SM a elaborar, em coordenação com os demais órgãos do MERCOSUL, proposta de atualização da norma. A modificação visa a introduzir novos procedimentos para a prestação de contas e apresentação de auditorias.

Grupo de Cooperação Internacional (GCI)

Realizou-se, no dia 6 de outubro último, em Brasília, a XV Reunião Ordinária do Grupo de Cooperação Internacional (GCI). No encontro, discutiram-se os seguintes tópicos:

- a) Estudos solicitados à Unidade Técnica de Cooperação Internacional (Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no MERCOSUL: Situação, Desafios e Oportunidades; Cooperação Intra-MERCOSUL; Estratégia de Cooperação para o período 2017-2020);
- b) Seguimento de Projetos em execução;
- c) Análise e aprovação de novos projetos apresentados ao GCI; e

d) Exploração de possibilidades de financiamento para projetos sem sócios cooperantes identificados.

No tocante à Estratégia de Cooperação para o período 2017-2020, foi apresentada nova versão pela contraparte argentina. As delegações destacaram a importância do documento, comprometendo-se em efetuar consultas internas visando a sua aprovação pelo GCI.

Quanto à exploração de mecanismos de financiamento de novos projetos, a PPTB intensificou o diálogo com a União Europeia, com a finalidade de apresentar projetos envolvendo o MERCOSUL para serem implementados no âmbito do programa regional de cooperação UE-América Latina. Na área ambiental, está sendo desenhado projeto para o aperfeiçoamento do Sistema de Informação Ambiental do MERCOSUR – SIAM (Fase II), o qual será encaminhado ao EUROCLIMA+, programa de cooperação da UE em mudança climática. Na área de segurança pública, equipe do programa europeu EL PACCTO foi convidada a participar da Reunião de Ministros de Interior do MERCOSUL (RMI), ocorrida em 10 de novembro último, a fim de apresentar as linhas gerais do programa e reforçar o interesse em apoiar projetos, tendo por base problemáticas comuns aos Estados Partes do MERCOSUL. Também estão sendo desenhados e propostos projetos envolvendo a participação conjunta dos países do MERCOSUL em temas de justiça e segurança pública.

Grupo de Incorporação Normativa do MERCOSUL (GIN)

O Grupo de Incorporação da Normativa MERCOSUL reuniu-se, em Brasília, nos dias 26 a 29 de setembro e no dia 24 de novembro, em reunião extraordinária.

Em ambas as ocasiões, o Grupo prosseguiu com a análise do funcionamento das bases de consulta ao acervo normativo do MERCOSUL e do estado de incorporação normativa nos Estados Partes. As delegações também trataram, entre outros temas, das notificações encaminhadas pelos Estados Partes sobre normas incorporadas; e os índices de vigência e de incorporação das normas do MERCOSUL.

O GIN avançou no processo de revisão das informações sobre incorporação normativa, com o intuito de concluir, na brevidade possível, a publicação do estado de incorporação e vigência das normas no sítio eletrônico do MERCOSUL.

GRUPOS AD HOC (GAH)

Grupo Ad Hoc de Biocombustíveis (GAHB)

Em 26 de outubro de 2017, foi realizada a XVI Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis na cidade de São Paulo – SP, com a presença de representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Durante o encontro, foram intercambiadas informações sobre a evolução das políticas públicas, regulações e mandatos para os biocombustíveis, vigentes nos quatro países, e debatida a I Cúpula para o Biofuturo, realizada nos dois dias anteriores, abordando o cronograma de atividades da Plataforma em 2018, objetivando a coordenação para atuação conjunta dos países do MERCOSUL na Plataforma para o Biofuturo.

Também foi abordado o tema biocombustíveis no âmbito da Organização Internacional para a Aviação Civil (OACI), onde as negociações sobre regras de sustentabilidade, contabilização de emissões e medidas de mercado relativas ao Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation encontram-se em estado avançado. Os representantes presentes comprometeram-se a buscar internamente junto às agências, órgãos ou entidades internos ligados à aviação civil a coordenação de ações e intercâmbio de informações.

A representação do Uruguai apresentou os resultados finais dos estudos de análise do ciclo de vida, impactos socioeconômicos e externalidades dos biocombustíveis no Uruguai.

Na reunião, foram distribuídas aos membros das delegações as versões impressas, em espanhol, português e inglês, do Relatório de Biogás e Biometano do MERCOSUL, elaborado com o apoio do Centro Internacional de Energias Renováveis (CIBiogás) e Itaipu Binacional, consolidando as informações sobre produção e consumo de biogás nos quatro países, em atendimento à atividade 5 do Plano de Ação do GAHB. O documento será atualizado em bases anuais e será solicitada a sua disponibilização em arquivo eletrônico na página oficial do MERCOSUL.

As delegações presentes revisaram a última versão do Plano de Ação, sendo acordada a atualização e proposição de novas atividades por meio de mensagens eletrônicas entre os coordenadores nacionais, a ser submetida à aprovação em uma próxima reunião. A delegação brasileira sugeriu a inclusão na atividade 6, relativa a biocombustíveis de aviação, da atualização e coordenação de posições na força tarefa para biocombustíveis alternativos no âmbito da OACI e na atividade 2 o acréscimo das especificações do biometano e do bioquerosene às especificações do etanol anidro e hidratado e do biodiesel. A delegação uruguaia sugeriu a inclusão dos temas relacionados aos biocombustíveis avançados e de aviação na próxima reunião do GAHB.

A delegação argentina informou que a VI Semana de Bioenergia, no marco do Global Bioenergy Partnership (GBEP), será realizada entre finais de maio e início de julho, em Buenos Aires – Argentina. e a delegação paraguaia informou que se encontra em estágio final documento técnico sobre os indicadores de sustentabilidade dos biocombustíveis, sugeridos pelo GBEP, aplicados no Paraguai.

Por fim, as delegações acordaram manter intercâmbio de informações sobre o tratamento dispensado a etanol e biodiesel no contexto das negociações do acordo de associação MERCOSUL-União Europeia.

Grupo Ad Hoc para Elaboração e Implementação da Placa MERCOSUL (GAHPM)

Realizaram-se a IX e a X Reuniões do Grupo *Ad Hoc* para Elaboração e Implementação da Placa MERCOSUL, em 5 e 6 de setembro, em São Paulo, e em 6 de novembro, em Brasília, respectivamente. Em ambas as ocasiões, estiveram presentes os Estados Partes (a delegação argentina participou por videoconferência no encontro de Brasília) e a Bolívia. As delegações reconheceram a importância de avançar na implementação da Placa MERCOSUL, tal como definido na Resolução GMC Nº 33/14,

especialmente no contexto em que Argentina e Uruguai já realizam o emplacamento de veículos segundo o novo modelo de placa, e Brasil e Paraguai ainda não o iniciaram.

A reunião de São Paulo teve como objetivo retomar os debates acerca da implementação da placa. Brasil e Paraguai ratificaram interesse em avançar nesse sentido.

A pedido da delegação brasileira, o grupo promoveu discussão sobre os procedimentos para o estabelecimento de mecanismo de troca de informações veiculares entre os países. A delegação brasileira afirmou que só poderá iniciar os emplacamentos uma vez que o sistema de intercâmbio de dados esteja em condições de operação, tal como definido em portaria ministerial pertinente.

Foram definidos os dados que o intercâmbio de informações contempla: número de identificação individual do proprietário do veículo; placa; tipo de veículo; marca e modelo; ano de fabricação; número do chassi e; dados sobre roubos e furtos. Somente as autoridades credenciadas pelos países poderão acessar essas informações.

Decidiu-se solicitar ao GMC que, nos documentos em língua portuguesa, passar-se-á a utilizar o termo “Placa MERCOSUL”, em vez de “Patente MERCOSUL”, como figurava até então.

No encontro de Brasília, os países definiram as autoridades nacionais responsáveis por levar a cabo o intercâmbio de dados veiculares, que deterão a exclusividade do acesso e definirão os usuários nacionais habilitados a consultar as bases dos países. Foram definidas também as responsabilidades em termos de assegurar a rastreabilidade dos acessos e as medidas de segurança correspondentes.

A fim de iniciar os preparativos para o mecanismo de troca de informações, os países acordaram em realizar as trocas dos chamados “certificados digitais”, documentos que habilitam o acesso digital às bases de informações veiculares dos países, nas bases definidas em encontros anteriores.

Grupo Ad Hoc para os Setores de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações (GAHBK-BIT)

Dando cumprimento à instrução emanada da CV Reunião Ordinária do GMC, a PPTB realizou, em Montevideu, em 24/10/2017, a I Reunião do Grupo *Ad Hoc* para os Setores de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações (GAHBK-BIT), criado pela Decisão CMC nº 58/08. Participaram as delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. O objetivo da reunião foi promover a discussão sobre proposta de regime comum para a importação de Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) não produzidos no MERCOSUL, com vistas a sua entrada em vigor a partir de 01/01/2022, em conformidade com o previsto no artigo 5º da Decisão CMC nº 25/15. Na oportunidade, por tratar-se da primeira reunião do GAHBK-BIT, foi realizada apresentação dos regimes nacionais de BIT de cada Estado Parte.

O GAHBK-BIT solicitou que o GMC elevasse ao CMC proposta de prorrogação, por um ano, do prazo para a conclusão da proposta de regime comum para

a importação de BITs não produzidos no MERCOSUL, com vistas à sua entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

SUBGRUPOS DE TRABALHO

Subgrupo de Trabalho Nº 1 "Comunicações"

A LI Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 1 "Comunicações" foi realizada em Brasília, entre os dias 6 a 10 de novembro de 2017, com a participação das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em paralelo com as reuniões de suas instâncias subordinadas, celebradas entre 6 e 8 de novembro.

As delegações discutiram o posicionamento comum dos Estados Partes nos distintos foros internacionais que tratam de comunicações e manifestaram apoio recíproco às candidaturas apresentadas no âmbito desses foros. A delegação da Argentina informou da apresentação, no âmbito do GMC, de proposta relativa ao tema "agenda digital". O SGT Nº 1 colocou-se à disposição para trabalhar nos temas de sua competência relacionados a agenda digital.

Durante a XLVII Reunião da Comissão Temática de Assuntos Postais – CTAP, discutiram-se aspectos regulatórios da atividade postal; qualidade postal, desenvolvimento da indústria postal, seus produtos e tecnologia aplicada; e o mercado de serviços postais. Ademais, foi realizado acompanhamento e revisão dos acordos e instrumentos vigentes do MERCOSUL atinentes à temática da Comissão e debateu-se posicionamento comum nos diferentes foros internacionais que tratam da temática.

As delegações nacionais presentes à XLIX Reunião da Comissão Temática de Radiodifusão – CTRd discutiram a revisão do texto da Norma Técnica do Marco Regulatório para o Serviço de Televisão na Faixa de Ondas Decimétricas (UHF), intercambiaram informações sobre a coordenação de estações e sobre a evolução da Televisão Digital Terrestre e debateram aspectos relacionados a radiodifusão sonora, coordenação de estações e de bases de dados (AM, FM e TV) e situações de interferências e de operações de estações irregulares notificadas.

Entre os temas tratados na L Reunião da Comissão Temática de Radiocomunicações – CTRc, estiveram a coordenação de estações radioelétricas; acompanhamento e revisão dos acordos e instrumentos vigentes do MERCOSUL atinentes à temática da Comissão; pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e legislação e intercâmbio de informações sobre a implantação de serviços de telecomunicações, uso e administração do espectro radioelétrico.

Durante a L Reunião da Comissão Temática de Serviços Públicos de Telecomunicações – CTSPT, debateram-se, entre outros assuntos, infraestrutura crítica e comunicações de emergência; indicadores de telecomunicações; roaming internacional; e uso de recursos de numeração nos diferentes serviços de telecomunicações.

O SGT Nº 1 elevou ao GMC projetos de Resolução relativos a "Radioamador" e "Paging Bidirecional", além de projeto de Resolução para a revogação da Resolução GMC Nº 18/02, relativa à numeração comum.

Subgrupo de Trabalho N° 2 “Aspectos Institucionais” (SGT N° 2)

O Subgrupo de Trabalho N° 2 - “Aspectos Institucionais” do MERCOSUL (SGT N° 2) reuniu-se entre os dias 20 e 22 de setembro e em entre os dias 29 de novembro e 1° de dezembro, em Brasília.

Nas LXX e LXXI Reuniões Ordinárias do SGT N° 2, avançou-se na análise de propostas para o aprimoramento dos procedimentos para a realização de concursos de funcionários MERCOSUL; na revisão da proposta de regulamento da Comissão Sociolaboral; e na revisão do documento “Guia prático sobre funcionamento de órgãos e foros do MERCOSUL”.

A PPTB apresentou, ademais, projeto complementar de reforma da Resolução GMC N° 07/04 “Regime de Pessoal Temporário Contratado pela SM para tarefas ou Serviços Determinados”, que busca atualizar e aperfeiçoar o marco jurídico para contratações temporárias pelos órgãos do MERCOSUL.

Subgrupo de Trabalho N° 3 "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade"

A PPTB realizou, em Brasília, respectivamente entre 28 de agosto e 1° de setembro e entre 27 de novembro e 1° de dezembro, a LXII e a LXIII Reuniões Ordinárias do Subgrupo de Trabalho N° 3. Para além dos Coordenadores Nacionais do SGT N° 3, reuniram-se as seguintes instâncias subordinadas: Comissão de Alimentos (CA), Comissão de Avaliação da Conformidade (CAC), Comissão de Segurança em Produtos Elétricos (CSPE), Comissão de Gás (CG), Comissão de Metrologia (CM), Comissão da Indústria Automotiva (CIA) e Grupo de Trabalho de Brinquedos. Em paralelo à LXII Reunião Ordinária do SGT N° 3, em 29 de agosto, reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre Regulamentos Técnicos, subordinado ao GMC, que avanços nas discussões sobre a revisão da Resolução GMC N° 56/02.

Durante a PPTB, foram convidados a participar da seção dos Coordenadores Nacionais do SGT N° 3 os Coordenadores Nacionais Titular e Alternado do SGT N° 5 "Transporte" pelo Brasil, para discussão de tarefas conjuntas e de temas relacionados ao SGT N° 5 e à Comissão da Indústria Automotiva do SGT N°3; representante do Physikalisch Technische Bundesanstalt (PTB), que tratou do projeto de Fortalecimento dos Processos para Avaliação da Conformidade e Processos de Medição e Ensaio para Etiquetagem de Eficiência Energética de Artefatos Elétricos e Usos Domésticos entre o MERCOSUL e Alemanha; e representante brasileiro da Associação MERCOSUL de Normalização (AMN). Durante a LXIII Reunião Ordinária, a Coordenação do SGT N° 3 recebeu a visita do Presidente do INMETRO, Carlos Augusto de Azevedo, acompanhado do Deputado Celso Russomano, Presidente da Representação Brasileira no PARLASUL.

O SGT N° 3 elevou à consideração do GMC projetos de Resolução a respeito dos seguintes temas: "Regulamento Técnico MERCOSUL de Identidade e Qualidade de Tomate (Revogação da Res. GMC N° 99/94)"; "Regulamento Técnico MERCOSUL de Limitadores de Velocidade"; "Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis (Revogação da Res. GMC N° 33/07)"; "Regulamento Técnico

MERCOSUL sobre Exclusão de uso de Aditivos Alimentares"; "Procedimento de Verificação de Conteúdo Líquido de Sabonetes" (Revogação da Res. GMC N° 26/97).

Os Coordenadores Nacionais também debateram o funcionamento e alcance do trabalho da Comissão de Avaliação da Conformidade e receberam da Secretaria do MERCOSUL quadro de acompanhamento das Resoluções GMC em processo de revisão, que será discutido durante a PPTP.

Subgrupo de Trabalho N° 4 "Assuntos Financeiros"

Foi realizado, em Brasília, entre os dias 6 e 10 de novembro de 2017, a XLII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho n° 4 "Assuntos Financeiros". O ciclo de reuniões do MERCOSUL Financeiro, que culminou com a reunião da Coordenação Nacional do SGT N° 4, entre 8 e 10 de novembro, foi composto por encontros das seguintes instâncias: Subcomissão de Demonstrações Contábeis, entre 6 e 8 de novembro; Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, entre 7 e 9 de novembro; Comissão de Seguros, entre 7 e 9 de novembro; Comissão de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, entre 7 e 10 de novembro; e Comissão do Sistema Bancário, entre 8 e 10 de novembro. Em paralelo, foi realizado, em 8 de novembro, o Seminário Internacional "Desafios e Oportunidades para a Integração Financeira e Monetária na Região" do Mercosul Financeiro.

O SGT N° 4 encaminhou ao GMC um relatório com os avanços dos trabalhos referentes à integração do mercado de valores imobiliários (Projeto-Piloto de Integração do Mercado de Valores Imobiliários), conduzidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) do MERCOSUL Financeiro (SGT N°4).

Subgrupo de Trabalho N° 5 "Transporte"

Durante a PPTB, celebrou-se a LI Reunião do Subgrupo de Trabalho N° 5 "Transporte", entre os dias 8 e 10 de novembro de 2017, na cidade de Florianópolis, antecedida por reunião técnica preparatória, realizada em Brasília, nos dias 28 e 29 de setembro. Em paralelo aos Coordenadores Nacionais, reuniram-se a Comissão de Produtos Perigosos (CPP) e Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo do MERCOSUL (CETM).

Nas reuniões, os Coordenadores Nacionais do SGT N° 5 trataram da harmonização de procedimentos de fiscalização do transporte internacional por rodovia, de integração digital das informações de transporte de passageiros e de cargas, de identificação eletrônica de veículos, de identificação de bagagem, de seguros no âmbito do MERCOSUL e de freios ABS em caminhões e em reboques e semirreboques.

O SGT N° 5 discutiu, ademais, com a participação da Coordenadora Alternata do Brasil para o SGT N° 3 temas de interesse comum, como a elaboração de regulamentos sobre limitadores de velocidade, cintos de segurança, luzes de identificação veicular e itens de segurança, além da revisão da Resolução GMC N° 35/94 "Classificação de Veículos".

Uma Subcomissão de Assuntos Técnicos iniciou o tratamento preliminar dos seguintes temas: uso de pneus superlargos nos eixos dianteiros de ônibus; ônibus do

MERCOSUL; e estudo de tolerâncias nas medições de pesos em veículos de transporte rodoviário. Além disso, discutiu projeto de Resolução sobre freios ABS em caminhões e em reboques e semirreboques, a ser enviado para consideração do SGT N° 3, e outros temas relacionados às tarefas conjuntas entre o SGT N°5 e o SGT N°3.

O SGT N° 5 elevou à consideração do GMC projeto de Decisão sobre a facilitação do transporte de produtos perigosos no MERCOSUL.

Subgrupo de Trabalho N° 6 "Meio Ambiente"

Realizou-se, em Brasília, durante os dias 30 de outubro e 1º de novembro, a LXVI Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho N° 6 "Meio ambiente" (SGT-6), com a presença das delegações da Argentina, do Brasil e do Uruguai.

A reunião abordou os seguintes temas: i) biodiversidade; ii) Sistema de Informação Ambiental do MERCOSUL (SIAM); iii) Projeto de Cooperação MERCOSUL-FAO para implementação do ODS 15.3 (recuperação de áreas degradadas); e iv) Projeto sobre Indicadores Ambientais no Âmbito do MERCOSUL.

O SGT-6 também deu seguimento aos debates relativos à estratégia sobre espécies invasoras e analisou o Programa de Trabalho 2017-2018 e o Relatório de Cumprimento do Programa de Trabalho 2015-2016. Foram apresentados, ainda, relatórios sobre impacto ambiental nas legislações nacionais dos Estados Partes e relato sobre o Convênio de Minamata sobre Mercúrio.

No âmbito da Cooperação MERCOSUL-CAF, decidiu-se realizar reunião de trabalho com a CAF para a elaboração de um Programa de Trabalho de Cooperação Regional.

Subgrupo de Trabalho N° 7 "Indústria"

A XLVIII Reunião Ordinária do SGT n° 7 foi realizada no dia 4 de outubro de 2017, em Brasília. A PPTB enfatizou a importância do fortalecimento e incremento da competitividade do parque industrial da região, tendo em vista a sua inserção internacional competitiva. Para tanto, as delegações concordaram com a necessidade de reativação das Comissões Temáticas de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato e de Qualidade e Inovação até o final de 2018.

Nesse sentido, a PPTB apresentou proposta de reativação da Comissão de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato, que não se reúne desde 2012, para a qual as delegações acordaram informar os respectivos pontos focais, com o propósito de convocar a 1ª reunião na próxima PPT. A agenda será definida a partir dos temas destacados como prioritários para as Micro e Pequenas empresas, apresentados pelo representante do SEBRAE.

Por sua vez, a delegação da Argentina destacou a importância do estabelecimento de uma agenda de interesse regional, visando um convênio de cooperação interinstitucional, da Associação Estratégica entre os Institutos de Tecnologia Industrial do MERCOSUL. O objetivo é de gerar um ambiente que permita intercambiar conhecimentos, informações e desenvolver projetos conjuntos de inovação

tecnológica e qualidade industrial em temas como energias renováveis, indústria 4.0, bioeconomia (industrialização de alimentos), entre outros. As delegações decidiram abordar o tema no âmbito da Comissão de Qualidade e Inovação que será reativada para desenvolver esta iniciativa, entre outras. As delegações também acordaram informar os respectivos pontos focais de cada Estado Parte antes da realização da próxima reunião do SGT nº 7.

Com relação ao tema Observatório Industrial, um especialista da Secretaria do MERCOSUL apresentou a metodologia do Manual de Fornecedores do MERCOSUL. As delegações solicitaram ao GMC que instrua à SM a atualizar a lista de bens que são importados extrazona e que possam ser produzidos regionalmente, com base ao documento metodológico que constava no Anexo V da Ata 02/15 do Subgrupo Nº 7.

Subgrupo de Trabalho Nº 8 "Agricultura"

A L Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais do Subgrupo de Trabalho Nº08 “agricultura” realizou-se no dia 24 de novembro de 2017, por meio de videoconferência, conforme disposto pela Resolução GMC nº19/12. Houve participação do Brasil, da Argentina e do Uruguai. O Paraguai não participou em razão de dificuldades técnicas. Tomou-se nota dos trabalhos realizados pela Comissão de Sanidade Animal (CSA), que se reuniu de 28 de agosto a 1º de setembro e de 6 a 10 de novembro de 2017; pela Comissão de Sementes (CS), cuja reunião foi realizada entre os dias 6 e 10 de novembro de 2017; pela Comissão *Ad Hoc* Vitivinícola (CAHV), que se reuniu em 9 de novembro de 2017; pela Comissão de Sanidade Vegetal (CSV), cuja reunião ocorreu por videoconferência em 16 e 17 de novembro de 2017; pelo Grupo Técnico Permanente de Quarentena Vegetal, vinculado à CSV, que se reuniu entre 6 e 10 de novembro de 2017. Ademais, foi realizada a primeira reunião da recém-criada Comissão de Biotecnologia Agropecuária, nos dias 18 e 19 de outubro de 2017. Conforme demanda específica de cada Comissão, as reuniões ocorreram em períodos que variaram entre um e dez dias.

Foram elevados ao GMC cinco Projetos de Resolução, sendo um pertencente à Comissão de Sanidade Vegetal e quatro pertencentes à Comissão de Sanidade Animal: "Requisitos fitossanitários para *Pinus* spp. (Pino) segundo o país de destino e origem, para os Estados Partes do MERCOSUL"; "Requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de embriões de bovinos e bubalinos coletados *in vivo* e, ou, produzidos *in vitro*"; - "Requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de bovinos e bubalinos para reprodução"; "Requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação definitiva de equídeos"; e "Requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação temporária de equídeos".

Ademais, foi atualizado o quadro de incorporação de Resoluções GMC pelos estados Partes, bem como elaborado o Programa de Trabalho para o biênio 2017-2018, e estabelecido, parcialmente, o calendário tentativo de reuniões para o primeiro semestre de 2018.

Subgrupo de Trabalho Nº 10 "Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social"

Realizou-se, em Brasília, no dia 29 de novembro de 2017, a XLIII Reunião Plenária do SGT 10 “Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social” com a participação das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A delegação do

Paraguai foi integrada por representantes do governo e dos trabalhadores. A delegação do Brasil foi integrada por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores.

Foram tratados os temas de maior destaque das seguintes reuniões: a) Reunião da Equipe Técnica de Formação Profissional; b) Reunião Técnica de Serviços Públicos de Emprego; c) Reunião da Unidade Executora do Plano Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; d) Reunião da Comissão Operativa Coordenadora do Plano Regional de Inspeção do Trabalho do Mercosul; e e) Reunião da Equipe Técnica de Segurança e Saúde no Trabalho.

Dos resultados das reuniões, destacam-se: i) versão em português da Cartilha de Previdência Social do MERCOSUL; ii) relatório da Unidade Executora do Plano Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; iii) relatório sobre o Plano Regional de Saúde e Segurança no Trabalho (Resolução GMC nº 04/15); iv) informações acerca do encerramento das atividades relativas à avaliação do Plano Estratégico De Ação Social – PEAS; e v) Relatório do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL (OMTM).

As delegações do SGT-10 reconheceram a relevância do diálogo social e do tripartismo para avançar em temas sociolaborais em todas as esferas e em conformidade com os objetivos expressos na Declaração Sociolaboral do MERCOSUL de 2015.

Subgrupo de Trabalho Nº 11 "Saúde"

Realizou-se na cidade de Brasília, entre os dias 2 e 6 de outubro de 2017, a XLVII Reunião Ordinária do SGT Nº 11 "Saúde", com a presença das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Dos temas constantes da agenda, as delegações aprovaram novo Organograma do SGT Nº 11 com base no disposto na Dec. CMC Nº 24/14.

A Secretaria Mercosul realizou atualização do Quadro de Normativas do SGT nº 11 a partir das informações dos países das incorporações ao ordenamento jurídico nacional de cada Estado Parte.

A respeito do tema cooperação (Memorando de Entendimentos MERCOSUL/OPAS), os Coordenadores Nacionais receberam o Coordenador Sub-regional do Programa para América do Sul da OPAS/OMS, que fez apresentação sobre "Cooperação técnica da OPAS/OMS na América do Sul e os processos de integração". Os Coordenadores coincidiram quanto à necessidade de que o mecanismo de apoio à cooperação regional em saúde esteja baseado nas prioridades já definidas pelo bloco, principalmente no âmbito do memorando de entendimento firmado entre o MERCOSUL e a OPAS em 2015. Ainda sobre cooperação, o Projeto de Doação e Transplante já aprovado pelo MERCOSUL/OPAS está sendo executado e já conta com a realização de dois módulos: i) *Donasur*. Capacitação, Consolidação e Expansão do Registro e ii) Gestão e Otimização de Detecção de Potenciais Doadores em Morte Encefálica.

O Representante da OPAS informou que também financiará os demais módulos (Curso de Transplante Pulmonar, Curso de Doação e Pele, Curso de Tratamento de Falha Intestinal e Transplante), dos quais dois serão executados no Brasil durante as PPTP (Presidência Pro Tempore do Paraguai) e PPTU (Presidência Pro Tempore do Uruguai).

No âmbito da reunião dos SGT N° 11, foram realizadas, ainda, as seguintes reuniões: Coordenadores Nacionais – 03 a 06 de outubro; Comissão de Produtos para a Saúde – 02 a 05 de outubro; Subcomissão de Produtos Médicos – 02 a 04 de outubro; Subcomissão de Saneantes - 02 a 04 de outubro; Subcomissão de Psicotrópicos e Entorpecentes – 02 a 04 de outubro; Subcomissão de Cosméticos – 02 a 04 de outubro; Subcomissão de Farmacopeia – 02 a 04 de outubro; Grupo de Trabalho de Boas Práticas de Fabricação na Área Farmacêutica – 02 a 04 de outubro; Comissão de Vigilância em Saúde – 02 a 05 de outubro; Comissão de Serviços de Atenção à Saúde – 02 a 05 de outubro; e Subcomissão de Exercício Profissional – 02 a 04 de outubro.

Subgrupo de Trabalho N° 12 "Investimentos"

O Subgrupo de Trabalho N° 12 (SGT-12 - Investimentos) se reuniu uma única vez neste semestre, em 9 de outubro de 2017, para a realização de sua XII Reunião Ordinária, que contou com a presença das Delegações da Argentina, do Brasil e do Uruguai. Participou, por meio de videoconferência, a Delegação da Bolívia, nos termos da Decisão CMC N°13/15.

As delegações relataram o status do processo de internalização do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-MERCOSUL (PCFI) em seus respectivos países. À data da reunião do SGT-12, o PCFI se encontrava em exame pela Consultoria Jurídica da Chancelaria Argentina para posterior envio à Secretaria de Assuntos Legais e Técnicos da Presidência da Nação; em tramitação interministerial no Brasil para posterior envio à Presidência da República e, então, submissão ao Congresso Nacional; e em exame no Departamento de Acordos da Chancelaria do Uruguai para posterior envio aos Ministérios pertinentes e, então, ao Parlamento.

As delegações informaram acerca das providências programadas ou em curso para o oportuno estabelecimento e funcionamento dos Ombudsmen ou Pontos Focais Nacionais previstos no PCFI. Coincidiram na importância de que cada Membro assegure que, tão logo o Protocolo entre em vigor, os respectivos Ombudsmen ou Pontos Focais Nacionais estejam plenamente operantes. Expressaram, ainda, a disposição de intercambiar informações sobre medidas preparatórias e legislação pertinente. Acordaram também a realização de uma videoconferência sobre o assunto em 5 de dezembro de 2017.

Por sugestão do Brasil, as delegações também discutiram a possibilidade de que, em futuras reuniões do SGT-12, sejam intercambiadas informações sobre oportunidades de investimentos em cada país e tratadas eventuais formas individuais e/ou conjuntas de disseminação dos benefícios do PCFI. As delegações da Argentina e do Uruguai indicaram a disposição de elevar o assunto à consideração de suas respectivas autoridades pertinentes. Além disso, as delegações da Argentina e Uruguai sugeriram o intercambio de informações em matéria de pagamentos e transferências.

As delegações discutiram alguns dos desafios decorrentes da negociação de capítulos sobre investimentos em acordos extrarregionais do MERCOSUL. Coincidiram na relevância do SGT-12 como instância de discussão de tais desafios e de eventuais modos de superá-las. Nesse contexto, a delegação da Argentina mencionou a possibilidade de, sem prejuízo do andamento de atuais e futuras negociações extrarregionais do MERCOSUL, identificar, sobre a base do PCFI, os aspectos convergentes entre os Estados Partes que poderiam integrar uma posição comum em negociações de Capítulos sobre investimentos em acordos extrarregionais.

A Delegação do Brasil recordou haver a possibilidade de que os SGTs do MERCOSUL obtenham, por intermédio do Grupo de Cooperação Internacional (GCI), recursos internacionais para financiar projetos de cooperação em suas respectivas áreas de competência. Nesse sentido, as delegações se comprometeram a examinar o interesse de apresentar ao GCI eventuais projetos de cooperação em matéria de investimentos.

Subgrupo de Trabalho Nº 13 "Comércio Eletrônico"

Foi realizada em Brasília, em 10/11, a XXV Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 13 "Comércio Eletrônico" (SGT-13) do Grupo Mercado Comum (GMC), com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. O SGT-13 não se reunia desde 2010, e sua reativação neste semestre foi iniciativa da PPTB.

Na XXV Reunião Ordinária do SGT-13, houve positivo intercâmbio de informações sobre o comércio eletrônico nos países sócios do MERCOSUL, com apresentação de dados sobre o setor, aspectos qualitativos desse modelo de negócios e marcos normativos nacionais vigentes. As delegações coincidiram na avaliação de que é importante aumentar o conhecimento mútuo sobre a matéria.

Mediante sugestão do SGT-13, o GMC adotou resolução que aprova o plano de trabalho do Subgrupo, contendo áreas prioritárias para discussão e iniciativas para o setor. Trata-se de um primeiro passo no sentido de negociar um instrumento jurídico sobre comércio eletrônico no âmbito do MERCOSUL.

Ainda no encontro do SGT-13, a delegação argentina apresentou minuta de proposta de acordo bilateral em matéria de reconhecimento mútuo de certificados de assinatura digital e também proposta de Decisão do CMC intitulada "Uso de Firma Digital de las Autoridades del MERCOSUR". Essa última visa a apoiar os trabalhos do GT *Ad Hoc* no âmbito da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) (Item 4.5 da Ata GMC Nº 03/17).

A XXV Reunião Ordinária do SGT-13 também discutiu documento proposto pela Argentina e intitulado "Agenda Digital do MERCOSUL". Aventou-se a criação do Grupo de Agenda Digital, vinculado ao GMC, a depender de decisão do CMC.

Subgrupo de Trabalho Nº 14 "Integração Produtiva"

A XIII Reunião Ordinária do SGT nº 14 foi realizada nos dias 5 e 6 de outubro de 2017, em Brasília. A PPTB destacou a importância dos projetos de integração produtiva na região, com vistas a acelerar o processo de integração, promover e melhor

explorar a complementaridade das economias dos países do Bloco, contribuindo para o tratamento das assimetrias econômicas existentes.

Com relação aos projetos de cooperação técnica desenvolvidos, encontra-se na segunda fase o Projeto de Cooperação entre o Governo da Espanha, por meio da Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), e o MERCOSUL, no âmbito do SGT nº 14.

A segunda fase do Projeto tem como objetivos específicos: i) realizar um curso de capacitação, presencial e online de desenho de projetos voltados para integração produtiva; ii) desenvolver uma agenda de encontros setoriais orientados para a identificação e implementação de projetos de integração produtiva; iii) fortalecer a institucionalidade dos Centros de Associatividade Empresarial; iv) consolidar o Portal empresarial GIPMercosul.org como plataforma de informação e relacionamento entre empresas e clusters/APLs; e v) realizar atividades de difusão e capacitação sobre integração produtiva. A Coordenação Nacional do Uruguai, unidade gestora do projeto, encaminhou o novo cronograma e os possíveis setores que participarão da capacitação, que ocorrerá no 1º semestre de 2018.

Sobre os Projetos FOCEM Auto e FOCEM Petróleo e Gás, a representante da ABDI, unidade gestora do projeto, apresentou um resumo dos avanços dos dois projetos e também informou sobre o novo Plano de Trabalho que será executado a partir de 2018.

Por fim, cabe destacar que a Delegação da Argentina apresentou a proposta de Termo de Referência (TDR) para o estudo sobre oportunidades de desenvolvimento de Cadeias Globais de Valor MERCOSUL que consta no Anexo VII, da Ata do SGT nº 14. As delegações aprovaram e acordaram o seu encaminhamento ao GMC.

Subgrupo de Trabalho Nº 15 "Mineração e Geologia"

Foi realizada, por videoconferência, em 22 de novembro de 2017, a XX Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 15 "Mineração e Geologia". Participaram as Delegações da Argentina, Brasil e Uruguai, na qualidade de Estados Partes, e as Delegações da Colômbia e do Equador na qualidade de Estados Associados do MERCOSUL.

Foi decidido que as reuniões da Conferência Anual dos Ministérios de Mineração das Américas – CAMMA deverão acontecer somente uma vez por ano, durante a realização do PDAC, em Toronto, Canadá, que também se realiza anualmente, de preferência na primeira semana do mês de março. Nesse contexto, foi criado grupo de trabalho para estudar e propor medidas para melhorar o relacionamento do setor mineral com as comunidades envolvidas.

No âmbito do Diálogo da América Latina com a União Europeia sobre matérias primas, foi criado um Comitê de Direção que se reuniu em outubro para discutir os itens que cada país deveria apresentar e os dados dos respectivos setores minerais, para serem incorporados à plataforma de rede. Esse modelo experimental já foi distribuído aos componentes do Comitê para aprovação definitiva e posterior liberação para consulta aos interessados no nível internacional. Está previsto encontro em Madri, na Espanha,

no período de 10 a 12 de abril de 2018, durante uma feira internacional, onde todos os países do setor mineral interessados poderão expor produtos, divulgar inovações, apresentar lições aprendidas, tanto do setor governamental, como do privado e também da academia.

Foi discutida a nova legislação aprovada pelo Parlamento Europeu sobre a rastreabilidade de minerais e seus impactos na América Latina, que tem o objetivo de assegurar que as importações de derivados de minerais na UE não financiem violações de direitos humanos e conflitos armados em todo o mundo. O alcance da lei será global e, para tal, será elaborada uma lista de zonas em conflito. Essa lei não entrará em vigor até 2021, embora ainda não se saiba a data da sua promulgação. Para evitar possíveis problemas inesperados, os participantes concordaram em estudar a regulamentação pertinente e discutirem as suas dúvidas nas próximas reuniões. Informações sobre este assunto deverão ser encaminhados à Argentina, a quem caberá coordenar as iniciativas e, se for necessário, elaborar um relatório informativo sobre o assunto. O Subgrupo decidiu que cada país membro deverá estudar a produção de minerais e seu processamento em fundições da União Europeia, e enviar à PPT uma tabela com os respectivos dados de exportação de bens minerais que foram enviados à UE nos últimos 3 anos. A Coordenação Nacional da Argentina fará a compilação dos dados, objetivando estimar o volume e o valor total dessas exportações à UE, visando estudos posteriores para tomada de posição. Ficou também estabelecido que o modelo apresentado pelo Brasil, que já foi apresentados a todos os Estados Partes e Associados, poderá ser adotado pelos demais países.

Os Coordenadores Nacionais do SGT N° 15 instaram os membros a promover a atualização da legislação mineira regional, para o qual será indicado um responsável de cada país, que deverá enviar informações à Argentina para processamento. Também reiteraram a necessidade de dar andamento ao projeto de cartografia em ambiente SIG da América do Sul (Mapas Geológicos e de Recursos Minerais, escala 1:1 milhão), coordenado pelo Brasil, que foi aprovado pela Associação dos Serviços Geológicos e Mineiros Ibero-Americanos – ASGMI durante a sua Assembleia Geral, no ano de 2001, em Montevidéu, Uruguai. Até o presente, foi finalizada a "Carta Geológica al milionésimo SH 21", de cuja elaboração participaram Argentina, Brasil e Uruguai, bem como a SG 21 e SG 22, para cuja elaboração compartilharam informações Argentina, Brasil e Paraguai. O projeto deverá ser dinamizado ao completar as folhas que já foram iniciadas e aquelas que ainda não foram executadas, particularmente as folhas SI 21, que abrange Brasil e Paraguai, e SI 21 e SI 22, que cobrem Argentina, Uruguai e Brasil.

Foi proposta, para a próxima reunião do SGT 15, a elaboração de programa para incentivar a mineração responsável e seu papel perante a sociedade, bem como mostrar à sociedade o que é a mineração e os benefícios que ela tem proporcionado à humanidade.

Subgrupo de Trabalho N° 16 "Contratações Públicas"

(ver item Negociação do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL na página 6)

Subgrupo de Trabalho N° 17 "Serviços"

Foi realizada em Brasília, em 06/10/2017, a III Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 17: Serviços (SGT-17) do Grupo Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL. Participaram do encontro as delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

As delegações fizeram exposição sobre o estágio de tramitação em cada país dos procedimentos para a internalização da Decisão CMC n. 21/09 e concordaram sobre a importância de concluí-los, de modo que os compromissos assumidos durante a 7ª Rodada de Negociações do Protocolo de Montevideu entre em vigor. Foi decidido que o tema permanecerá na agenda do SGT-17 até que a referida Decisão do CMC passe a vigorar.

A III Reunião Ordinária do SGT-17 também decidiu solicitar o encaminhamento formal do Acordo Interinstitucional sobre Reconhecimento Mútuo de Associações Profissionais na Comissão de Integração da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Engenharia e Geologia do MERCOSUL (CIAM) para análise do texto. O tema permanecerá na agenda do SGT-17.

O encontro do SGT-17 debateu proposta de revisão do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL, especialmente à luz de dispositivo do referido instrumento, o qual dispõe que “ele poderá ser revisado, considerando a evolução e regulamentação do comércio de serviços no MERCOSUL assim como os avanços alcançados em matéria de serviços na Organização Mundial do Comércio e outros Foros Especializados”. As delegações acordaram realizar consultas internas sobre o tema relativo à revisão do Protocolo de Montevideu e que esse assunto permanecerá na agenda do SGT-17.

Subgrupo de Trabalho Nº 18 "Integração Fronteira"

A III Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 18 "Integração Fronteira" (SGT-18) ocorreu em Brasília, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro. Foram analisadas as demandas provenientes dos Comitês de Fronteira/Integração dos Estados Parte.

A PPTB deu andamento à proposta de plataforma digital do SGT-18, que será incorporada à página eletrônica do MERCOSUL. Solicitou-se à Secretaria do MERCOSUL realizar levantamento dos temas fronteiriços tratados por órgãos e foros do MERCOSUL, assim como das normas do MERCOSUL vigentes sobre a matéria.

Decidiu-se continuar a discussão a respeito das perspectivas de Projeto de Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALV) do MERCOSUL com base nos acordos bilaterais de localidades fronteiriças vinculadas vigentes.

COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL - CCM

A Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) realizou quatro reuniões ordinárias: CLII (30 e 31 de agosto), CLIII (26 a 28 de setembro), CLIV (25 e 26 de outubro) e CLV (29 e 30 de novembro), todas elas na cidade de Montevideu, de acordo com o previsto no art. 3º da Decisão CMC nº 30/03. Realizou-se, ainda, na cidade de

Brasília, em 18 de dezembro, a XXVII reunião extraordinária da CCM. Os principais temas tratados pela CCM durante a PPTB foram os seguintes:

- Análise de pedidos de modificação definitiva da Tarifa Externa Comum (TEC) elevados pelo CT nº 1 ao plenário da CCM, de acordo com o previsto na Diretriz CCM nº 10/00.
- Análise e revisão da Resolução GMC nº 08/08, "Ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento". Impulsionou-se a revisão da Resolução GMC Nº 08/08, mediante a consolidação das propostas em novo documento de trabalho. Houve avanço significativo na consolidação das propostas apresentadas pelos Estados Partes e na negociação dos principais pontos da revisão.
- Análise e aprovação dos pedidos apresentados pelos Estados Partes no âmbito da Resolução GMC nº 08/08. Nas 4 reuniões ordinárias realizadas, foram aprovadas 20 diretrizes na CCM no marco deste mecanismo.
- Seguimento do Mecanismo de Consultas na CCM, de acordo com a Diretriz CCM nº 17/99. Durante a PPTB, duas novas consultas foram apresentadas, duas foram concluídas e cinco seguem sob discussão.
- Análise da implementação da Decisão CMC nº 33/15, "Zonas francas, zonas de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais". Os Estados Partes compartilharam o andamento do processo de incorporação da decisão ao ordenamento interno e analisaram propostas relacionadas à elaboração de listas de bens de terceiros países beneficiados pelo tratamento previsto na Decisão nº 33/15.
- Implementação do Sistema de administração e distribuição de quotas outorgadas ao MERCOSUL por terceiros países ou grupo de países – SAQME. Teve início a capacitação dos funcionários de cada Estado Parte que utilizarão o sistema.
- Desenvolvimento da seção de comércio no portal web do MERCOSUL, para melhorar o acesso a informação comercial dos países do bloco. A nova plataforma foi finalizada e estará disponível para o público em breve.
- Proposta de Diretriz sobre "Notificação das listas de importação de insumos agropecuários e matérias-primas". A delegação do Brasil apresentou as linhas gerais de um projeto para unificar as notificações relativas a dados e listas de produtos amparados pelos instrumentos de exceção à TEC, incluindo BIT, BK, LETEC e as listas de insumos agropecuários e matérias-primas relativas à Dec. CMC Nº 24/15, com o intuito de harmonizar a periodicidade e o formato das notificações e dos respectivos dados estatísticos.
- Requisitos específicos de origem para pré-formas pet. A delegação do Brasil circulou um projeto de Diretriz sobre a "Adequação de Requisitos Específicos de Origem" para pré-formas pet e os Estados Partes intercambiaram informações a respeito do tema.
- Apresentação sobre o Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (CONFAC) do Brasil. A delegação do Brasil fez uma apresentação sobre seu Comitê Nacional de

Facilitação do Comércio, criado em cumprimento do art. 13 do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC. As demais delegações informaram sobre o estágio de criação de seus respectivos comitês.

- Regimes especiais. A PPTB apresentou as linhas gerais de um projeto de Decisão do CMC para unificar as notificações das listas de insumos agropecuários e matérias-primas, bem como de instrumentos de exceção à TEC, com vistas à harmonização de sua periodicidade, formato e dados estatísticos.

Em 2017, durante a PPTB, foram aprovadas um total de 22 Diretrizes, e 6 Projetos de Resolução sobre modificações da Nomenclatura Comum do MERCOSUL e da Tarifa Externa Comum foram elevados ao GMC.

Comitês Técnicos (CTs)

CT N° 1 "Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias"

Foram realizadas três reuniões do Comitê Técnico N° 1 no marco da PPTB: a CXCII, de 11 a 15 de setembro; a CXCIII, de 24 a 27 de outubro; e a CXCIV, de 20 a 24 de novembro). Dentre os diversos temas técnicos tratados, destacam-se os avanços dos trabalhos de correlação entre a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e da Nomenclatura da Bolívia. O trabalho de correlação foi concluído satisfatoriamente em todos os casos do universo tarifário, com exceção apenas do Capítulo 87: "Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios". De toda forma, a Bolívia pretende apresentar versão final da Nomenclatura correlacionada à NCM nas próximas reuniões do CT-1. Ademais, durante a PPTB foram concluídas as análises de 13 solicitações de alteração da TEC.

CT N° 2 "Assuntos Aduaneiros"

Durante a PPTB, foram celebradas, em Brasília, a XCII e a XCIII Reuniões do Comitê Técnico N°2 "Assuntos Aduaneiros", nos dias 11 a 13 de setembro e 21 a 23 de novembro de 2017, respectivamente.

As delegações discutiram o andamento dos trabalhos do Projeto de Harmonização do Modelo de Dados das Declarações Aduaneiras - MODDA e da implementação nos Estados Partes do Sistema de Informatização de Trânsito Internacional Aduaneiro (SINTIA) e debateram programas nacionais e iniciativas bilaterais relacionadas ao Operador Econômico Autorizado (OEA). As delegações trocaram informações sobre a incorporação de normas do MERCOSUL ao seu ordenamento jurídico e avaliaram o grau de avanço do Programa de Trabalho aprovado para 2017. Também debateram aspectos relacionados às áreas de controle integrado, intercambiaram informações sobre a implementação do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC e realizaram seguimento das iniciativas do MERCOSUL com parceiros extrabloco.

CT N° 3 "Normas e Disciplinas Comerciais"

Foram realizadas em Brasília, durante a PPTB, em Brasília, duas reuniões do Comitê Técnico N° 3 "Normas e Disciplinas Comerciais": a XCI, nos dias 20 e 21 de

setembro, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; e a XCII, nos dias 29 e 30 de novembro, com a presença das delegações da Argentina, Brasil e Uruguai.

As delegações discutiram temas atinentes ao Regime de Origem do MERCOSUL, como a atualização do Texto Ordenado do Regime de Origem MERCOSUL, adequação dos requisitos específicos de origem no caso de modificações da NCM, o mapeamento de erros no preenchimento de Certificados de Origem e o Regime Geral de Origem no marco da ALADI.

O quadro com a situação da incorporação e vigência das normas MERCOSUL em matéria de origem foi atualizado de acordo com as informações fornecidas pelos Estados Partes. As delegações reiteraram a preocupação com a falta de incorporação de normas do MERCOSUL ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, impedindo a entrada de normas fundamentais para a aplicação do Regime de Origem.

No que diz respeito a atualização do seguimento da Certificação de Origem Digital no MERCOSUL (COD), as delegações de Argentina e Brasil indicaram que deram início, bilateralmente, a projeto piloto com o Uruguai no mês de outubro.

As delegações também repassaram os temas pendentes em matéria de origem no relacionamento externo do MERCOSUL.

CT N° 5 "Defesa do Consumidor"

Realizou-se, na cidade de Brasília (DF), durante os dias 06 e 07 de novembro de 2017, a LXIV Reunião do Comitê Técnico de Defesa da Concorrência, com a participação das delegações da Argentina, Brasil e Bolívia.

As delegações avaliaram o cumprimento do Programa de Trabalho 2017 e aprovaram o Programa de Trabalho 2018. Acordou-se que o Programa de Revisão de Interpares será mantido em 2018, com a previsão de realização de uma rodada por semestre. Foram realizadas apresentações sobre o funcionamento do CADE e sobre a nova lei antitruste argentina e configuração provável da nova autoridade nacional antitruste (ANC). Em decorrência da ausência da delegação paraguaia, não foi possível dar continuidade aos debates sobre a revisão da Decisão CMC N° 43/10.

Na avaliação do cumprimento do Programa de Trabalho 2017, as delegações destacaram dois pontos cuja evolução colaborará para o aprimoramento da cooperação em defesa da concorrência entre os países-membros do MERCOSUL: (i) a abertura oficial de diálogo entre Argentina, Paraguai e Brasil visando ao intercâmbio de servidores das três agências antitruste, para capacitação e troca de experiências; e (ii) o sucesso da primeira fase do Programa de Revisão Interpares entre os membros do CT-5, com contribuições da Argentina, do Brasil e do Uruguai para documentos de trabalho de suas respectivas autoridades antitruste.

CT N° 6 "Estatísticas de Comércio Exterior"

Durante a PPTB, foram realizadas duas reuniões ordinárias do CT N° 6: a XXII, entre 11 e 14 de setembro; e a XXIII, entre 7 e 9 de novembro.

A chegada de novos membros ao CT-6 fez com que o Brasil considerasse importante apresentar o conjunto normativo que cria e estabelece o CT-6. A discussão serviu para firmar o entendimento de que novos temas poderiam ser propostos nos programas de trabalho do comitê.

O Brasil também apresentou nova proposta sobre a metodologia para análise das diferenças estatísticas bilaterais, a qual foi acolhida após incorporar as contribuições das delegações participantes.

Continuou-se trabalhando no projeto de Sistema Estatístico do Comércio Exterior do Mercosul (SECEM) e, após acompanhar as melhorias e avanços do sistema, as delegações manifestaram entendimento de que este estaria em condições de publicação para uso público.

As delegações acordaram iniciar um projeto piloto relativo ao SDMX ("Statistical Data and Metadata eXchange"), com intuito de avaliar a viabilidade de sua implementação.

CT N° 7 "Defesa do Consumidor"

Foram realizadas, a LXXXII (São Paulo, 3 e 4 de agosto de 2017) e a LXXXIII (Brasília, 9 e 10 de novembro) Reuniões do Comitê Técnico N° 7 "Defesa do Consumidor", com a participação das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A delegação da Bolívia participou da LXXXIII Reunião, conforme o estabelecido na Dec. CMC N° 13/15.

As delegações comprometeram-se, no marco da Decisão CMC N° 64/10, com a continuidade da realização Curso MERCOSUL de Direito do Consumidor e da circulação recíproca de informações referentes a reclamações no âmbito do Sistema de Informação MERCOSUL de Defesa do Consumidor. Além disso, discutiram iniciativas de harmonização normativa e ações de integração regional, além de igualdade de preços, ações sobre desperdícios de alimentos e plano de saúde.

A PPTB apresentou projeto de Código de Proteção e Defesa do Consumidor do MERCOSUL. À luz da iniciativa brasileira, as delegações acordaram harmonizar aspectos fundamentais e essenciais nas legislações de proteção do consumidor de seus países. A delegação da Argentina realizará análise comparativa entre as legislações nacionais de cada Estado Parte e o conteúdo dos dezesseis primeiros artigos do projeto apresentado pelo Brasil.

ÓRGÃOS DEPENDENTES DO CMC

Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM)

Durante a PPTB, foram realizadas seis reuniões da CRPM. No que se refere ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), a Comissão analisou a elegibilidade de um projeto, apresentado pelo Paraguai, e avaliou e aprovou 33 relatórios semestrais, os quais refletem os avanços na execução física e financeira de

diferentes projetos. Foram aprovados, igualmente, dois relatórios de inspeção técnica e seis relatórios de auditorias externas, bem como foram autorizadas modificações nos convênios de financiamento de dois projetos.

No presente semestre, foi encerrado o projeto pluriestatal “Construção da Linha de Transmissão elétrica de 500 kV entre Villa Hayes, e a Subestação da Margem Direita da Itaipu Binacional, da Ampliação da Subestação da Margem Direita e da Subestação da Villa Hayes”. Trata-se do projeto de maior envergadura financiado pelo FOCEM até o momento (US\$ 415,3 milhões), executado com recursos ordinários do Fundo e com contribuições brasileiras voluntárias.

No segundo semestre de 2017, foi elaborado o relatório sobre o funcionamento do FOCEM, o qual foi apresentado ao Conselho de Administração do Fundo.

Além de questões relacionadas ao FOCEM, a CRPM debateu os seguintes temas:

- a) Atualização da Cartilha da Cidadania: foram incluídas, na Cartilha, informações referentes às normas do MERCOSUL aprovadas em 2016 e 2017.
- b) Sistema de Informação do MERCOSUL (SIM): foi concluída a primeira fase de implementação do SIM, estando o sistema plenamente funcional. A Secretaria do MERCOSUL (SM) trabalha, atualmente, na unificação das linguagens informáticas utilizadas pela plataforma, cujo período de testes se iniciará a partir de 15/12/2017. A previsão da SM é que tal migração esteja finalizada até 01/02/2018.
- c) Projetos relativos à adoção de um sistema para a assinatura eletrônica de documentos do MERCOSUL e de um sistema integrado de comunicações do bloco: o grupo de trabalho ‘ad hoc’ criado pelo GMC em sua Ata nº 03/17 elaborou projetos de editais para a contratação de empresas especializadas para apresentar propostas relativas aos dois sistemas. Em 20/10/2017, a Coordenação Nacional da Argentina apresentou propostas alternativas sobre o tema, que foram consideradas na XXV Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 13 “Comércio Eletrônico”, bem como na CVI Reunião Ordinária do GMC, o qual solicitou ao Subgrupo de Trabalho nº 2 “Aspectos Institucionais” a elaboração dos insumos que entenda pertinentes para a continuidade dos trabalhos do GT *Ad Hoc* da CRPM.
- d) Supervisão dos trabalhos da Unidade de Comunicação e Informação do MERCOSUL (UCIM): conforme o artigo 2º da Resolução GMC nº 16/17, a CRPM acompanhou os trabalhos da UCIM.
- e) Comissões de seleção da SM e da Unidade Técnica FOCEM (UTF): a CRPM acompanhou o andamento dos concursos para preencher vagas na SM e na UTF. Durante a PPTB, foram concluídos quatro concursos, todos da SM.
- f) Contratos temporários da SM e da UTF: com base nas instruções da Ata nº 01/17 do GMC, a CRPM acompanhou a situação dos contratos temporários da SM e da UTF, manifestando-se com relação aos pedidos de renovação realizados pela Diretora da SM.

Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMASM)

Foi realizada, em 10 de novembro de 2017, em Brasília, a IX Reunião da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL, com participação de representantes das diversas reuniões que compõem o MERCOSUL Social. Na ocasião, foi autorizada a publicação do Relatório de Avaliação do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), elaborado pelo Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e que contém resultados obtidos por toda a área social do MERCOSUL. Também foi discutido o Plano de Trabalho 2017-2019 da CCMASM.

Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP)

Foram realizadas, em 10 e 11 de outubro e 18 de dezembro, respectivamente, a LXXXVI e a LXXXVII Reuniões Ordinárias do FCCP, em que participaram as delegações dos Estados Partes e Estados Associados. Nas reuniões, a PPTB apresentou síntese das principais atividades desenvolvidas, das realizações alcançadas durante o semestre e da elevação de normas pelos diferentes foros e reuniões acompanhados e coordenados pelo FCCP, quais sejam, a Reunião de Altas Autoridades na área de Direitos Humanos (RAADH), a Reunião de Ministros da Cultura (RMC), a Reunião de Ministros de Educação (RME), a Reunião de Ministros do Interior (RMI) – Dec. 7/1996, Reunião de Ministros de Justiça (RMJ) Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR), a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM), a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS), o Instituto Social do MERCOSUL (ISM), a Reunião de Ministros e Altas Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes (RAFRO), a Reunião de Autoridades sobre Povos indígenas (RAPIM), a Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do MERCOSUL (REDPO), a Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas (RED), a Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL (REMPM), e a Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno (REOGCI).

Destacou-se, ademais, a abrangência da agenda política do MERCOSUL no âmbito da competência do FCCP e enfatizou-se o patrimônio de entendimento político no bloco, que atualmente promove cooperação, consultas ou coordenação em virtualmente todos os âmbitos governamentais. Ressaltou-se, ademais, a rede de acordos do MERCOSUL que estabelece políticas de cooperação com os Estados Associados nas diversas configurações.

Nas reuniões, as delegações trocaram opiniões acerca das possíveis formas de articulação e convergência entre o MERCOSUL e a UNASUL, a fim de otimizar os recursos, evitar a duplicação de organismos e potencializar esforços.

Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições (GTAFM)

Realizou-se, em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2017, a XXX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições (GTAFM), com a participação de delegações dos Estados Partes e de Bolívia, Equador, Chile e Peru.

No que se refere a tratados multilaterais sobre comércio de armas, a delegação argentina registrou a escolha de seu país para ser um dos vice-presidentes da IV

Conferência dos Estados Partes do Tratado sobre Comércio de Armas (ATT), a realizar-se em 2018.

As delegações acordaram sobre a necessidade de elaborar posição conjunta do MERCOSUL no âmbito do Programa de Ação da ONU para prevenir o tráfico ilícito das Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (UNPoA), com base em minuta de documento apresentada pela delegação argentina. As delegações presentes acordaram examinar a proposta argentina e apresentar seus comentários até 31 de janeiro de 2018.

As delegações também chegaram ao consenso de que deve ser revitalizado o acompanhamento da implementação da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA).

Com relação à normativa do MERCOSUL, todas as delegações saudaram a celebração do acordo de intercâmbio de informações sobre comércio de armas entre Estados Partes e Associados do bloco e informaram sobre seus processos de incorporação às respectivas legislações nacionais. Os processos inconclusos não foram, entretanto, óbice à indicação de pontos focais para o intercâmbio de informações, em conformidade com as atuais normas do bloco.

Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos e Consulares (GTAJC)

Realizou-se, na cidade de Brasília, nos dias 27 e 28 de novembro de 2017, a XXIV Reunião do Grupo de Trabalho de Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL (GTAJC), com a presença dos Estados Partes fundadores do bloco e Estados Associados.

Na XXIV Reunião do GTACJ, as delegações trocaram experiências sobre a mobilidade humana e a adesão ao Sistema Eletrônico de Informações e Apostilamento (SEI apostila) da Haia. Tratou-se, ademais, de assistência consular, com ênfase na importância do diagnóstico dos problemas de violência de gênero, tráfico de pessoas, contrabando de imigrantes, *status* imigratório, disputa de guarda e subtração internacional de menores.

Quanto aos projetos de capacitação de agentes consulares, as delegações decidiram manter na agenda a proposta de elaboração de relatórios da OIM relativos ao tráfico de pessoas e à organização de um seminário de capacitação acerca dessa temática, em parceria com o IPPDH.

As delegações trocaram impressões sobre o voto de nacionais no exterior e convergiram sobre a inclusão do assunto "novas tecnologias na Assistência Consular", na página eletrônica do GTACJ.

Por fim, as delegações comprometeram-se a continuar trabalhando na avaliação do funcionamento do mecanismo de cooperação consular e informaram o estado de implementação, em seus respectivos países, do acordo do MERCOSUL sobre Residência e Regularização Migratória.

Grupo de Alto Nível para a Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego (GANEMPLE)

Realizou-se, na cidade de Brasília, em 28 de novembro de 2017, a XXIV Reunião do Grupo de Alto Nível de Emprego do MERCOSUL – GANEMple, com a participação das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Delegação brasileira foi integrada por representantes do governo, trabalhadores e empregadores.

A PPTB apresentou breve relato sobre a situação do emprego e das políticas públicas nacionais de empregabilidade. As demais delegações apresentaram suas experiências e teceram comentários sobre suas políticas.

Nesse contexto, a delegação brasileira apresentou o aplicativo tecnológico SINE FÁCIL, lançado recentemente no Brasil, para facilitação e segurança do trabalhador na busca e na escolha de emprego, contribuindo para aumentar a eficiência do sistema público de emprego. Apresentou, ainda, a ferramenta Escola do Trabalhador e colocou-se à disposição para eventual desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e transferência de tecnologia no âmbito do MERCOSUL.

Em seguida, a PPTB apresentou versão consolidada da Matriz de Políticas Públicas de Emprego, conforme o compromisso acordado na XXIII Reunião do GANEMPLE, realizada em Buenos Aires.

O GANEMPLE recebeu a Coordenadora Nacional Alternata do SGT N° 14 do Brasil, nos termos da Dec. CMC N° 24/14 Anexo II “Tarefas Conjuntas Entre os Órgãos da Estrutura Institucional do MERCOSUL”, que informou sobre as discussões no âmbito dos SGT N° 7 e N° 14 e dispôs-se a aprofundar intercâmbio com o SGT N° 10.

As delegações manifestaram interesse em aprofundar as discussões entre os Subgrupos no que diz respeito a questões de fronteira, particularmente no que concerne à situação do emprego, sem prejuízo de eventuais articulações com o SGT N° 18 “Integração Fronteiriça”, de modo a facilitar, inclusive, a implementação do Plano Regional de Facilitação da Livre Circulação de Trabalhadores no MERCOSUL.

Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR)

Foi realizada, no dia 22 de novembro de 2017, na cidade de Brasília, a L Reunião Ordinária de Coordenadores do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), com a presença de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. As delegações participaram, ainda, do início dos trabalhos do Encontro Preparatório de Governadores e Prefeitos para o 8º Fórum Mundial da Água – FMA8, reforçando a importância da participação dos governos locais na 5ª Conferência Internacional das Autoridades Locais e Regionais para Água, a realizar-se no âmbito do FMA8, e do apoio à divulgação e à formação de delegações de governos locais e regionais do bloco.

Entre os temas tratados pelo FCCR no semestre, incluíram-se :

- a) Elaboração do Plano de Ação 2017-2018 para o fortalecimento da integração regional.
- b) Fortalecimento do FCCR por meio da reativação dos Comitês de Governadores e de Municípios.
- c) Apoio das autoridades locais e subnacionais na aplicação das normas do MERCOSUL e na implementação de acordos do bloco.

REUNIÕES DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES

Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL (RME)

A 51ª Reunião de Ministros da Educação foi realizada no dia 7 de dezembro de 2017. Participaram os Estados Partes fundadores do bloco e a Colômbia, assim como representantes de UNESCO, UNICEF e OEI.

No Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), a PPTB atuou, por um lado, na consolidação e no aperfeiçoamento dos programas e das redes existentes, e, por outro lado, na integração do SEM com outras instâncias do MERCOSUL e com a agenda global em educação.

No tocante ao primeiro aspecto, destaca-se que: a) o Programa MARCA apoiou a mobilidade de estudantes de graduação entre universidades e abriu seu 11º Edital; b) o Sistema ARCU-SUL acreditou 26 novos cursos de graduação; c) o projeto “Estudos Setoriais do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior do MERCOSUL” foi aprovado para financiamento pelo Fundo Educacional do MERCOSUL; d) a 2ª Convocatória a Redes de Pesquisa em Educação Superior foi aberta; e) o Programa Regional de Mobilidade Docente 2017-2018 publicou seu resultado final; e f) foi realizado o 4º Encontro Internacional do Parlamento Juvenil do Mercosul.

Ademais, a articulação com outras instâncias do MERCOSUL gerou compromisso com a Rede Especializada de Agricultura Familiar para formulação de processos formativos em Agricultura Familiar, Agroecologia, Desenvolvimento Sustentável e Empreendedorismo e realização de um Seminário sobre Políticas Públicas em Educação Rural.

Com relação à integração com a agenda global de educação, foi realizado o Seminário “Perspectivas Globais e Regionais em Educação Profissional e Tecnológica”, com a participação de países sul-americanos e de fora da região. Além disso, acordou-se a formulação e a execução de programa sobre escolas interculturais de fronteiras com a Unesco e a realização de dois seminários, um sobre educação infantil e outro sobre educação média, em parceria com a Unicef e a OEI, para 2018.

Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais (RMEPBC)

Os Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais do MERCOSUL e dos Estados Associados reuniram-se no dia 20 de dezembro de 2017, oportunidade na qual realizaram um debate sobre a conjuntura econômica dos países da região e o contexto internacional, com foco em reformas estruturais e crescimento econômico.

Analisaram os trabalhos elaborados ao longo do segundo semestre no âmbito do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL (GMM), em especial sobre os temas: comércio, produtividade e crescimento econômico, em vinculação aos impactos macroeconômicos dos processos de integração comercial; estratégias de crescimento dos países do MERCOSUL; integração de mercados de capitais das economias do MERCOSUL; e construção de indicadores macroeconômicos de viés fiscais e monetários harmonizados.

Reunião de Ministros da Justiça MERCOSUL (RMJ)

A XLVI Reunião de Ministros da Justiça (RMJ) foi realizada no dia 10 de novembro de 2017, com a presença da delegação dos Estados Partes fundadores do bloco e de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A reunião foi precedida de duas rodadas de encontros da Comissão Técnica de Justiça, do Grupo "ad hoc" Penitenciário e do Foro de Autoridades Centrais, realizadas em agosto e novembro de 2017.

Foi aprovada a Declaração da XLVI Reunião de Ministros dos Estados Parte do MERCOSUL e Estados Associados sobre o impulso à aprovação e implementação da Convenção de 25 de outubro de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, da Convenção de 19 de outubro de 1996 relativa à competência, à lei aplicável ou ao reconhecimento, à execução e à cooperação em matéria de responsabilidade parental e de medidas de proteção das crianças, e da Convenção de 23 de novembro de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família.

Os ministros e demais altas autoridades também subscreveram a Declaração da XLVI Reunião de Ministros de Justiça dos Estados Parte do MERCOSUL e Estados Associados, a respeito do impulso à transmissão eletrônica de pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria civil e em matéria penal, como instrumento importante para facilitação da cooperação jurídica internacional.

Foi destacada a importância de seguir discutindo o texto do Projeto de Acordo sobre Procedimentos Cíveis e Administrativos nas próximas reuniões da Comissão Técnica de Justiça. Também se enfatizou a necessidade de dar prosseguimento ao acompanhamento dos processos de adesão, incorporação e ratificação do Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação. Recomendou-se, ainda, levar adiante a proposta brasileira de redação de um manual de extradição para os países do MERCOSUL, apresentada no âmbito do Foro de Autoridades Centrais.

Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL (RMC)

Realizou-se, no dia 1º de dezembro de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, a XLII Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul, com a presença dos Ministros e das Altas Autoridades de Cultura da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República do Equador, além de representantes diplomáticos da República do Chile, da República Oriental do Uruguai e da República do Peru.

Entre as decisões tomadas no âmbito da Reunião, cumpre destacar: a) a aprovação do Plano Estratégico de Integração Cultural para o biênio; b) o lançamento

do Mapa de Residências Artísticas do MERCOSUL, concebido como instrumento de referência para o incremento do intercâmbio artístico na região; c) o lançamento dos Cadernos da Diversidade, cuja temática de sua primeira edição versa sobre experiências de protagonismo cultural realizadas por mulheres e para mulheres; d) o reconhecimento das oportunidades e dos desafios que o ambiente digital oferece para o desenvolvimento das economias criativas dos países; e) a realização de chamado a todas as instâncias governamentais e multilaterais que lidam com a temática do tráfico ilícito de bens culturais para a coordenação de ações de combate e prevenção, em especial a integração de bases de dados e capacitações de agentes públicos; f) a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como instrumento de referência para a implementação das ações constantes do Plano Estratégico de Integração Cultural; g) a expressão, ao Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul (FCCP), no contexto das negociações do Acordo de Associação Interregional MERCOSUL-União Europeia, do interesse de fortalecer a cooperação cultural com o bloco europeu.

Deve-se sublinhar, ademais, a disposição dos países em trabalhar para o êxito do Mercado de Indústrias Culturais do Sul - Micsul 2018, a realizar-se no Brasil. Registra-se, por fim, a entrega do certificado de inscrição da Serra da Barriga na Lista do Patrimônio Cultural do MERCOSUL às autoridades do município de União dos Palmares e do estado de Alagoas.

Reunião de Ministros da Saúde (RMS)

A XLI Reunião de Ministros de Saúde do MERCOSUL e Estados Associados (RMS), realizou-se no dia 7 de dezembro de 2017, em Foz do Iguaçu/Paraná, e foi precedida da reunião do Comitê Coordenador durante os dias 5 e 6 e outras Comissões que se reuniram no decorrer da PPTB. A RMS contou com a participação dos Ministros de Saúde de Argentina, Brasil, Paraguai, Vice-Ministro do Uruguai e Representante do Chile.

Os Ministros aprovaram três Declarações e dois Projetos de Acordos que foram discutidos e consensuados no âmbito das Comissões pertinentes. Ademais, a Coordenação brasileira apresentou proposta de Acordo para reorganização da estrutura da RMS, que foi aprovada pelos Ministros:

- i) Acordo Nº 02/17 “Políticas e Medidas Regulatórias para a Eliminação Gradual de Gorduras Trans de Origem Industrial nos Alimentos”.
- ii) Acordo Nº 03/17 “Reorganização Temática e Institucional das Comissões Intergovernamentais vinculadas ao Foro da Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL”.
- iii) Declaração de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados relativo à Gestão de Agrotóxicos.
- iv) Declaração de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados acerca do consumo nocivo de álcool como fator de risco.
- v) Declaração de Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados sobre Saúde Sexual e Reprodutiva.

No âmbito da XLI Reunião de Ministros de Saúde do Mercosul e Estados Associados, foram realizadas as seguintes reuniões presenciais: Comissão Intergovernamental de Regulamento Sanitário Internacional (CIRSI) – 04 e 05 de

outubro; Comissão Intergovernamental de Controle de Enfermidades de Transmissão Vetorial (CICETV) – 02 e 03 de outubro; Reunião da Comissão Intergovernamental de Enfermidades Não Transmissíveis (CIENT) – 06 e 07 de novembro; Reunião do Grupo Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (GTSAN) – 06 e 07 de novembro; Reunião Conjunta da CIENT e GTSAN – 08 de novembro; Reunião da Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva (CISSR) – 07 e 08 de novembro; Reunião da Comissão Intergovernamental de Saúde Ambiental e do Trabalhador (CISAT) e Comissão Intergovernamental de Gestão de Risco e Redução da Vulnerabilidade (CIGRRV) – 06 e 07 de novembro; Comissão Intergovernamental de Doação e Transplante (CIDT) – 21 e 22 de novembro em Porto Alegre/RS; e Reunião do Comitê Coordenador da Reunião de Ministros – 05 e 06 dezembro.

Reunião de Ministros de Interior do MERCOSUL (RMI)

A XL Reunião de Ministros do Interior (RMI) foi realizada no dia 10 de novembro de 2017, com a presença da delegação dos Estados Partes fundadores do bloco e de Bolívia, Colômbia, Chile e Equador. A reunião foi precedida de duas rodadas da comissão técnica (Comissão Técnica do Interior) e dos diferentes grupos de trabalho (GT Delitual, GT de Segurança Cidadã, GT de Informática e Comunicações, GT de Capacitação e GT de Tráfico Ilícito) e foros especializados da RMI (CONAREs e Foro Especializado Migratório; Foro Especializado em Terrorismo), realizadas, respectivamente, em agosto e novembro.

Durante a reunião, foi aprovado o texto de Revisão de Estrutura Institucional da Reunião de Ministros de Interior (RMI), que contém diretrizes de funcionamento para as reuniões da Comissão Técnica de Interior, Grupos de Trabalho e Foros, e aprovado o Projeto de Decisão que modifica o nome da reunião para "Reunião de Ministros do Interior e da Segurança", a ser submetido à consideração do CMC. Decidiu-se, também, elevar ao CMC o Projeto de Decisão de Regulamento de Organização e Funcionamento do Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do MERCOSUL (SISME), proposta de instrumento normativo oriunda da Comissão Técnica. No que se refere ao financiamento do SISME, acordou-se solicitar ao GMC que considere positivamente a nota técnica do GT de Informática e Comunicações, para posterior deliberação do Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO).

O encontro foi oportunidade para o lançamento da revista MERCOPOL nº 10, cuja edição, a cargo da PPTB, foi organizada em torno das discussões sobre o sistema penitenciário e a violência contra a mulher. Foi realizada, ainda, apresentação às autoridades presentes do Programa de Assistência contra o Crime Organizado.

Transnacional da Europa para a América Latina (programa El PacCto), que conta com eixos referentes a questões de justiça, policiais e penitenciárias, bem como apresentada a primeira proposta de plano de trabalho dirigido ao MERCOSUL.

Na reunião do Foro Especializado Migratório, as delegações presentes destacaram a importância da utilização de sistema de recepção e tratamento de dados antecipados de passageiros aéreos como maneira de aprimorar a segurança e agilizar o controle migratório.

Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS)

A XXXI Reunião de Ministro e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL foi realizada no dia 10 de novembro de 2017 em Brasília. Na ocasião, foram discutidos os avanços do Plano de Ação 2017-2018 da RMADS e propostas de atividades para o primeiro semestre de 2018.

Nos dias 7 e 8 de novembro de 2017, em preparação para a XXXI RMADS foram realizadas a XXVIII Reunião do Conselho do Instituto Social do MERCOSUL (CISM) e a XXXVII Reunião do Grupo de Trabalho da RMADS. Destaca-se a primeira participação de representantes do Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) em uma reunião do Conselho do ISM.

Nos dias 24 e 25 de agosto de 2017, foi realizada a XXVII Reunião do Conselho do ISM em Assunção, na sede do ISM. Nessa reunião, houve a passagem da gestão da Direção Executiva do Instituto do argentino Gabriel Toselli para o embaixador brasileiro José Felício.

Reunião de Ministros do Turismo do MERCOSUL (RMTur)

Foi realizada, em Maceió/Alagoas, em 7 de dezembro de 2017, a XIX Reunião de Ministros do Turismo do MERCOSUL. As autoridades reunidas no encontro acordaram estratégia de promoção conjunta em mercados estratégicos, como a China, defenderam a aproximação entre turismo e patrimônio histórico e trataram da criação de roteiros integrados entre os países membros do bloco, a exemplo da Rota das Missões Jesuíticas, que une Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

Ao final da XIX Reunião, foi assinada a Declaração de Maceió, documento que advoga a promoção dos parques temáticos como indutores do turismo na região. Por meio da referida Declaração, os Ministros reconheceram ser do interesse dos países do bloco a redução da carga tributária sobre a importação de equipamentos destinados a parques temáticos, tendo em vista a geração de renda, emprego e aumento de fluxo turístico que podem advir da instalação dos referidos parques no âmbito do MERCOSUL. De acordo com a Declaração, equipamentos que produzem lazer, entretenimento e turismo em parques temáticos deveriam ser considerados bens de capital.

Foram discutidas novas estratégias a serem adotadas após o fechamento do Escritório de Promoção Turística do MERCOSUL no Japão, que encerrou suas atividades em novembro de 2017. Acordou-se, igualmente, estratégia de divulgação de roteiros integrados e participação conjunta em feiras internacionais.

Durante a reunião, os ministros manifestaram apoio à possível candidatura conjunta de Argentina, Paraguai e Uruguai como sedes da Copa do Mundo de 2030.

Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH)

A XXX Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH) ocorreu em Brasília, no período de 24 a 27 de outubro. A reunião contou com a participação das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Chile e Equador. A RAADH aprovou dois projetos de recomendação: um

sobre o "Guia Regional MERCOSUL para Identificação e Atenção às Necessidades Especiais de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes Migrantes" e outro sobre "Diretrizes para uma Política de Promoção de Bons Tratos e Prevenção da Violência como Garantia dos Direitos Humanos em Crianças e Adolescentes do MERCOSUL".

Como resultado das deliberações do Grupo de Pontos Focais, estabelecido a pedido do Uruguai, no contexto da XXVIII RAADH, para discussão dos métodos de trabalho da RAADH, os Estados acordaram: (i) a criação de um sistema de grupos de comunicação interna no sítio web do IPPDH; (ii) a realização de relatório na RAADH sobre o cumprimento dos compromissos assumidos como ponto permanente das respectivas agendas; (iii) a realização de pelo menos uma sessão ordinária obrigatória de videoconferência nos períodos entre sessões presenciais por parte das comissões permanentes e grupo de trabalho; e (iv) a reunião de coordenação, presencial ou virtual, para realizar a transição entre presidências "pro tempore" que termina e a que começa.

Ainda no contexto da plenária da XXX RAADH, as delegações endossaram a candidatura do Senhor Juan Miguel González Bibolini, indicado pelo Paraguai para ocupar o cargo de Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), em sucessão ao Embaixador José Augusto Lindgren Alves, que exercerá a função até 14/2/2018.

Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM)

Nos dias 13 a 15 de dezembro de 2017, realizou-se, em Brasília, a X RMAAM. Estiveram presentes as delegações dos Estados Partes, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República do Chile, da República Cooperativa da Guiana e da República do Equador.

Ainda no dia 13 de dezembro, tiveram lugar as Mesas Temáticas sobre Empoderamento da Mulher por meio do Empreendedorismo e sobre a Proposta de uma Estratégia Regional para o Desenvolvimento Sustentável das Mulheres Afrodescendentes do MERCOSUL. As Ministras e Altas Autoridades puseram-se de acordo com a iniciativa de que Paraguai e Brasil iniciem um processo de consultas com a Empresa Binacional Itaipu para verificar a possibilidade de angariar apoio para o projeto de realização conjunta de Feiras Anuais na Região.

As Ministras aprovaram documento apresentado pela delegação do Uruguai contendo o Plano de Trabalho e Cronograma de Execução da Proposta de uma Estratégia Regional para o Desenvolvimento Sustentável das Mulheres Afrodescendentes do MERCOSUL

Por fim, as Ministras aprovaram o documento "Integração, papéis e responsabilidades do Mecanismo de Articulação para a Atenção a Mulheres em Situação de Tráfico do MERCOSUL".

Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM)

No dia 1º de dezembro de 2017, foi realizada a VI Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM), sob a presidência *pro tempore* brasileira e

coordenação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que contou com a presença de representantes de Argentina, Bolívia, Brasil e Chile. O evento teve como principal eixo temático o acesso à documentação e registro civil de nascimento por indígenas do MERCOSUL, com foco em populações fronteiriças.

Foi criado grupo de trabalho encarregado de finalizar proposta de declaração sobre o referido tema, e de debater esboço de regulamento da RAPIM, com vistas a conferir maior coordenação e continuidade à agenda da Reunião, demanda pendente desde edições prévias do evento. Houve, também, oportunidade de intercâmbio de boas práticas, com apresentações das delegações presentes sobre os seguintes temas: políticas na matéria à luz de compromissos internacionais, como Agenda 2030 (Argentina), e de resultados alcançados (Bolívia); proteção em nível constitucional dos direitos dos povos indígenas (Chile); línguas indígenas ameaçadas (Brasil - direção do Museu do Índio); e gestão territorial e ambiental de terras indígenas (Brasil - FUNAI).

Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos de Pessoas Afrodescendentes do MERCOSUL (RAFRO)

Realizou-se, em 23/10/2017, em Brasília, a IV Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos de Pessoas Afrodescendentes do MERCOSUL (RAFRO), com participação de todos os Estados Partes fundadores do bloco. Na ocasião, foram discutidas ações e políticas públicas para comunidades afrodescendentes; respeito à diversidade religiosa; projeto de Declaração Conjunta sobre Saberes, Costumes e Tradições Ancestrais de Afrodescendentes; programas de ação afirmativa e de participação social na elaboração de políticas de promoção da igualdade racial; apresentação do Estudo do IPPDH sobre a caracterização das referidas políticas; e exposição da proposta de campanha regional audiovisual de combate ao racismo e promoção da igualdade racial do Ministério da Cultura da Argentina.

A reunião foi encerrada pela Ministra dos Direitos Humanos, que realçou a instrumentalidade das ações objeto da Década Internacional de Afrodescendentes e de sua implementação do plano interno, a ser debatida e avaliada por ocasião da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), a realizar-se no próximo ano.

Cabe destacar como importantes avanços propositivos da reunião em tela: i) a realização de encontro com a Secretaria Geral Ibero-americana no contexto dos preparativos à IV CONAPIR, com vistas a dar seguimento à Conferência Afro XXI, realizada em Salvador, em 2011; e ii) a iniciativa de cooperação entre o Ministério da Cultura argentino e o IPPDH, para promover a divulgação da mencionada campanha regional de combate ao racismo.

Reunião de Ministros e Altas Autoridades em Gestão Integral de Riscos de Desastres do MERCOSUL (RMAGIR)

A VIII Reunião de Ministros e Altas Autoridades em Gestão Integral de Riscos de Desastres do Mercosul (RMAGIR), realizada em Brasília, em 29/11/2017, com participação da totalidade dos membros fundadores do bloco, possibilitou avanços com relação aos principais temas tratados em sua última edição: a implementação de padrões internacionais na matéria em nível regional; e a consolidação da Comissão Técnica de

Serviços Hidrometeorológicos (CTSH) por meio da aprovação de recomendações específicas.

O evento foi presidido pelo Ministro da Integração Nacional do Brasil e teve como resultado a adoção de Declaração conjunta que alinha ações sub-regionais em redução de riscos de desastres (DRR) com iniciativas e princípios multilaterais para além do marco de Sendai, como a Agenda 2030. Além de desastres naturais, a declaração realçou a cooperação, no âmbito do MERCOSUL, no tratamento de emergências de caráter biológico, nuclear ou químico, inclusive por meio de iniciativas conjuntas, como protocolos padronizados de comunicação e exercícios de simulação de desastres. Propôs-se, igualmente, a apresentação de estratégia conjunta sub-regional por ocasião da Plataforma Regional de Redução de Riscos de Desastres, a realizar-se em Cartagena, em 2018.

REUNIÕES ESPECIALIZADAS

Reunião Especializada de Turismo do MERCOSUL (RET)

Aconteceram, nos dias 6 e 7 de dezembro, em Maceió, Alagoas, a LXIII Reunião Especializada em Turismo (RET) e a XIX Reunião de Ministros de Turismo do Mercosul (RMTur). Na ocasião, tratou-se do encerramento das atividades do Escritório de Promoção Turística no Japão e do comprometimento em continuar atuando conjuntamente naquele país e em outros mercados distantes por meio de nova proposta a ser discutida na próxima reunião, durante a presidência *pro tempore* paraguaia. Criou-se de um Grupo de Trabalho no âmbito da RET, responsável por tratar de questões atinentes ao Fundo MERCOSUL Cultural, e as delegações comprometeram-se a indicar pontos focais à presidência *pro tempore*.

Por fim, a RET acordou que a Comissão de Cooperação Técnica em Estatísticas Turísticas será um tema da pauta da RET e da RMT somente como relatório, a menos que haja pontos específicos em que os técnicos da RET possam dar contribuições efetivas.

Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia (RECyT)

A LVI Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia (RECyT) teve lugar em Brasília, no dia 20 de novembro de 2017, com a participação presencial das delegações de Argentina, Brasil e Paraguai e, por videoconferência, da delegação do Uruguai. Na oportunidade, destacou-se o recorde de inscrições para o “Prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia”, cujos vencedores serão anunciados em Assunção, na segunda quinzena de junho de 2018, durante a próxima RECyT, ocasião em que também ocorrerá a entrega do prêmio “Jornalismo Científico do MERCOSUL”.

Na ocasião, também foi debatida a necessidade de novo processo de avaliação das premiações devido ao grande número de projetos analisados por cada especialista. Em relação ao “Prêmio de Jornalismo Científico”, que versará sobre o tema de “Tecnologias para a Economia do Conhecimento”, ficou definido que os trabalhos serão recebidos até o dia 26 de abril de 2018. A coordenação brasileira apresentou relatório

sobre a “Plataforma iTec”, desenvolvida para que empresas e instituições possam apresentar demandas tecnológicas por meio de desafios e soluções tecnológicas, facilitando o encontro de parceiros. A “Plataforma iTec”, que dispõe de versão em inglês e planeja ter versão em espanhol, desenvolverá setor específico dedicado ao agronegócio, com a participação da EMBRAPA.

Reunião Especializada de Comunicação Social (RECS)

A presidência de turno do Brasil conduziu a discussão inicial sobre o funcionamento da UCIM (Unidade de Comunicação e Informação do MERCOSUL) e sua subordinação aos órgãos do MERCOSUL, particularmente o Grupo Mercado Comum. Essa discussão concentrou-se na XXXII RECS, realizada nos dias 29 e 30 de novembro, em Brasília, a primeira que contou com a participação do recém-indicado coordenador da UCIM, Sr. Facundo Landívar.

Nessa reunião, a RECS encomendou à UCIM a estruturação de campanha institucional de comunicação em redes sociais sobre a cartilha do cidadão do MERCOSUL, além da avaliação do papel das redes sociais em mecanismos de integração. Por sugestão da coordenação brasileira, a UCIM proporá campanha de divulgação do MERCOSUL em terceiros mercados, inicialmente na Ásia. Após aprovação pela RECS, as duas propostas serão elevadas ao GMC.

Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL (RECM)

Durante a Presidência "Pro Tempore" Brasileira do MERCOSUL, realizaram-se a 43ª e a 44ª Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM), em Curitiba (22/08/2017) e em Brasília (30/10/2017), respectivamente. Dos temas abordados em ambas as reuniões destacam-se:

- a) Incorporação ao ordenamento jurídico pátrio da Decisão CMC Nº 54/15 “Cooperativas do MERCOSUL”, que trata do Estatuto das Cooperativas do Mercosul;
- b) Indicação de membros dos Estados Partes para a Comissão de Assessoria Jurídica, os quais deverão acompanhar e dar orientação a respeito das normas do Estatuto das Cooperativas do MERCOSUL, do Fundo de Promoção de Cooperativas do Mercosul, do Regulamento da RECM e demais documentos jurídicos pertinentes;
- c) Processo de tramitação do Fundo de Promoção de Cooperativas do MERCOSUL nos Estados Partes;
- d) Criação de Comissão para tratar de "Trabalho em Áreas de Fronteira e Cronograma de Encontros Fronteiriços"; e
- e) Aprovação da Carta de Cooperação entre a RECM e a CICOPA (Organização Internacional das Cooperativas de Produção Industrial, Artesanal e de Serviços") com o objetivo de consolidar o relacionamento institucional.

Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM)

Na XXIX Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais (RECAM), realizada em São Paulo, em 19 e 20 de outubro de 2017, foi

tema de destaque a publicação, com apoio uruguaio, da versão em espanhol do "Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis", lançado, originalmente, em português pelo Ministério da Cultura em 2016. O documento está disponível em https://issuu.com/recam/docs/_28o_29guia_20accesibilidad_20baja.

Na XXIX RECAM, relatou-se que, durante o 32º Festival de Cinema de Mar del Plata, foi entregue o Prêmio RECAM de Acessibilidade ao filme chileno “A Mulher Fantástica”, de Sebastián Lelio. Ainda na reunião, a delegação argentina informou os avanços da chamada pública para desenvolvimento de projetos de séries televisivas com foco no MERCOSUL, e a delegação brasileira comunicou lançamento de edital, em 2018, para a realização de, no mínimo, duas produções audiovisuais em coprodução majoritária com países do MERCOSUL. As delegações acordaram dar continuidade ao programa de apoio aos espaços de formação audiovisual, com proposta brasileira de sediar oficina em matéria de patrimônio audiovisual na sede Cinemateca Brasileira.

Durante a PPTB, foi lançada a primeira edição da Revista Digital RECAM, publicação anual com reflexão sobre questões da integração audiovisual do MERCOSUL. Essa primeira edição foi dedicada ao tema do patrimônio audiovisual, e a próxima terá como foco educação e infância.

Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF)

Ao longo do semestre da PPTB, foram realizadas quatro atividades: i) Oficina de Comunicação e Desenvolvimento, dando início a uma rede de comunicadores ligados à agricultura familiar; ii) Oficina para construção do III Programa Regional de Gênero; iii) Seminário de Negociações Comerciais e seus impactos na agricultura familiar da região; e iv) Seminário de Registros Nacionais para construção de um manual de implementação de registros na cooperação Sul-Sul.

A XXVII Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) foi marcada pela aprovação de dois importantes projetos de recomendação: i) Políticas Públicas para as Juventudes Rurais (nº 02/17) e ii) Políticas contra a Violência de Gênero no Meio Rural (nº 03/17). As propostas foram fruto de um longo processo de construção colaborativa entre os países e dentro deles, com a contribuição ativa de governos e organizações da agricultura familiar. Ainda durante a XXVII REAF, foram realizados um Seminário de Ater; um Seminário sobre os Novos Conflitos no Campo; e um evento de Promoção Comercial, que valoriza os selos nacionais de identificação dos produtos da agricultura familiar.

Outro destaque muito comentado foi o projeto de decisão para extensão da execução dos recursos remanescentes do FAF (Fundo da Agricultura Familiar) até dezembro de 2019. As delegações felicitaram o Brasil pela coordenação desse processo. As coordenações nacionais acordaram elaborar um projeto de Decisão sobre a conformação de um novo FAF 2019-2023, a ser apresentado ao GMC. Ademais, celebraram a disposição da FAO em continuar executando os recursos durante o período de extensão, além de sua intenção de continuar a cooperação em uma nova etapa do Fundo.

Reunião Especializada de Defensores Públicos do MERCOSUL (REDPO)

A XXV Reunião Especializada de Defensores Públicos do MERCOSUL (REDPO) ocorreu nos dias 9 e 10 de novembro de 2017 com a presença das delegações da República da Argentina, da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai. Na reunião, foi lançado o Relatório sobre a Atuação das Defensorias Públicas Oficiais do MERCOSUL na Área de Direitos Humanos (edição 2017), que será publicado juntamente com a VI Revista REDPO, em 2018, cujo tema será “Violência Institucional”.

Na reunião, foram apresentados pela delegação brasileira projetos do sítio eletrônico da REDPO e do Plano de Comunicação. Após a aprovação de ambos os projetos, definiu-se que o projeto de sítio eletrônico da REDPO seria elevado à Unidade de Comunicação e Informação do MERCOSUL (UCIM) para validação. Por fim, acordou-se que os responsáveis pela validação do conteúdo disponibilizado na página web da REDPO serão a delegação brasileira, a SAP-REDPO e a Presidência *Pro Tempore* da REDPO.

Ainda na XXV REDPO, decidiu-se dar prosseguimento à implementação do Projeto Visita Virtual na REDPO, com providências a serem tomadas pela delegação do Paraguai e do Uruguai para a próxima reunião. Por fim, as delegações acordaram quanto à elaboração de um relatório sobre a atuação de Defensorias Públicas Oficiais do MERCOSUL com relação à atenção de pessoas migrantes e de vítimas de tráfico de pessoas, que deverá ser aprovado na próxima reunião.

Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do MERCOSUL (REOGCI)

Realizou-se, na cidade de Brasília, nos dias 25 a 27 de outubro de 2017, a XI REOGCI. Estavam presentes as delegações dos Estados Partes fundadores do MERCOSUL e a delegação do Equador. Durante a abertura da XI REOGCI, foram apresentados os programas e os relatórios das atividades do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União (Brasil). Os representantes dos organismos governamentais de controle interno de Uruguai, Equador, Brasil e Argentina realizaram apresentações de práticas de supervisão de unidades de auditoria e relatórios de auditorias.

As delegações trocaram comentários a fim de avaliar o estado da situação da REOGCI e definir pautas futuras. Nesse sentido, a REOGCI apresentou relatório de cumprimento de trabalho 2015-2016 e o programa de Trabalho 2017-2018, ambos elevados à consideração do GMC.

Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL (REMPM)

Realizou-se, em Brasília, em 23 de agosto de 2017, a XXII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL e Estados Associados. O Procurador-Geral da República do Brasil, Rodrigo Janot, no exercício da Presidência *Pro-Tempore* do Brasil (PPTB), procedeu à abertura da reunião.

Dois temas foram escolhidos como prioritários: i) a elaboração e possível aprovação de recomendação elaborada pelo Subgrupo de Trabalho em Cooperação Jurídica e Fronteiras e ii) as deliberações sobre a Nota Técnica e plano estratégico para elaboração de Equipes Conjuntas de Investigação do MERCOSUL.

Na reunião, a PPTB apresentou os resultados da Reunião Preparatória da XXII REMPM e os avanços das atividades desenvolvidas. O Ministério Público do Chile apresentou a proposta de Nota Técnica Conjunta sobre Equipes Conjuntas de Investigação, a qual foi aprovada por todos os Procuradores-Gerais.

A REMPM, ademais, aprovou a proposta da logo apresentada pela delegação do Uruguai (regulamentada pela Dec. CMC Nº 17/02 e pela Res. Nº GMC Nº 16/16) e o Plano de Trabalho Estratégico da REMPM. Por fim, elevou-se o projeto de Recomendação Nº 01/17 "Aperfeiçoamento normativo da Cooperação Jurídica Internacional e Policial em Regiões de Fronteira" à consideração do GMC.

Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL (REES)

Celebrou-se, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 10 e 11 de outubro de 2017, a XIII Reunião Especializada de Estatísticas do MERCOSUL (REES), com a presença das delegações de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O encontro foi antecedido pelo Seminário REES sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), realizado em 9 de outubro, também no Rio de Janeiro.

A XIII REES contou com a participação de representantes do Brasil na Comissão sobre Comércio Exterior de Serviços, na Comissão Permanente de Contas Nacionais, na Comissão sobre Inventário de Operações Estatísticas, na Comissão sobre Classificações e Nomenclaturas e na Comissão sobre Estatísticas da Força de Trabalho, todas subordinadas à REES, que relataram as atividades desenvolvidas nessas instâncias durante a PPTB.

Decidiu-se que as Comissões de Trabalho no âmbito da REES deverão deliberar sobre a maneira de complementar as reuniões presenciais por meio de videoconferência ou outros meios, mas buscando sempre realizá-las, a fim de fomentar o desenvolvimento dos trabalhos. Expôs-se que há um grande desafio que se apresenta às Comissões: como e se se poderia realizar a incorporação futura dos indicadores Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a seus trabalhos.

Foi discutido que o Plano Estatístico Comunitário teve sua validade expirada em 2016, sendo necessária sua revisão, também tendo em vista os avanços ocorridos no contexto da REES (Reunião Especializada de Estatística do MERCOSUL). Com a finalidade de renovar o Plano Estatístico Comunitário, ficou decidido que a Secretaria da REES enviará uma proposta de informe a cada país-membro sobre o grau de cumprimento do Plano Estatístico Comunitário. O documento deverá ser preenchido pelos membros e terá como intuito expor as ações desenvolvidas por cada país. O relatório completo, com todas as respostas dos países, deverá estar pronto até março de 2018, com vistas a ser discutido e aprovado na próxima edição da REES, em Assunção. Será criada, desse modo, a base para a revisão do Plano Estatístico Comunitário. Na XV REES, em Montevideu, no segundo semestre de 2018, o novo Plano Estatístico

Comum, que terá vigência até 2024, será apresentado e discutido, e sua versão final será encaminhada para a aprovação do Grupo Mercado Comum (GMC).

Com relação ao intercâmbio em cooperação Sul-Sul, os países expuseram suas atuais atividades de cooperação e também foram propostas atividades futuras. Instou-se a gerar um espaço comum de cooperação de experiências com relação aos censos, no âmbito da próxima rodada mundial de censos, que será iniciada em 2020.

PARLAMENTO DO MERCOSUL (PARLASUL)

Durante o segundo semestre de 2017, foram realizadas quatro sessões ordinárias do PARLASUL: a XLIX Sessão Ordinária, em 21 de agosto; a L Sessão Ordinária, em 9 de outubro; a LI Sessão Ordinária, em 13 de novembro; e a LII Sessão Ordinária, em 11 de dezembro. Realizou-se, ademais, a VII sessão especial, em 9 de outubro, previamente à L Sessão Ordinária. Nas referidas sessões, foram aprovadas 16 declarações, nove recomendações e três disposições do PARLASUL.

FORO CONSULTIVO ECONÔMICO-SOCIAL (FCES)

No âmbito do Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul (FCES), as atividades do semestre centraram-se na LXVI Reunião Plenária do FCES, com a presença das quatro Seções Nacionais (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os temas de destaque discutidos e tratados na ocasião foram: a) o Protocolo de Investimentos do MERCOSUL; b) as negociações acerca de contratações públicas no bloco; c) as negociações do Acordo MERCOSUL-União Europeia; d) o Instituto Social do MERCOSUL e o Plano Estratégico de Ação Social; e e) extinção do Alto Representante-Geral do MERCOSUL e as potenciais implicações para o FCES.

O FCES reuniu-se com os negociadores-chefes dos países do bloco mercosulino e europeu, bem como com representante do Comitê Econômico Social Europeu (CESE). O FCES reiterou a importância do diálogo claro e efetivo com a sociedade civil para que se obtenha um acordo equilibrado e que contemple as particularidades das economias envolvidas.

A Seção Brasileira do FCES apresentou propostas de recomendação sobre o tema das contratações públicas, que está em análise pelas demais delegações e deverá ser rediscutida durante a Presidência *Pro Tempore* Paraguaia.